

FADIC - FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TIAGO MENEZES SOARES

A PROPAGANDA COMO ARMA DE GUERRA
A estratégia da política externa dos Estados Unidos para a
implementação da Guerra ao Terror na Síria.

RECIFE-PE
2019

FADIC - FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TIAGO MENEZES SOARES

A PROPAGANDA COMO ARMA DE GUERRA
A estratégia da política externa dos Estados Unidos para a
implementação da Guerra ao Terror na Síria.

**Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instituição Cristã – FADIC,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais**

**Orientadora: Prof^ª. Me. Artemis
Cardoso Holmes**

RECIFE-PE
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S676p Soares, Tiago Menezes.
A propaganda como arma de guerra: a estratégia da política externa dos Estados Unidos para a implementação da Guerra ao Terror na Síria / Tiago Menezes Soares. – Recife, 2019.
53 f.

Orientador: Prof.^a Ma. Artemis Cardoso Holmes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Síria. 2. Mídia global. 3. Propaganda de guerra. I. Holmes, Artemis Cardoso. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-423)

FADIC - FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TIAGO MENEZES SOARES

A PROPAGANDA COMO ARMA DE GUERRA
A estratégia da política externa dos Estados Unidos para a
implementação da Guerra ao Terror na Síria.

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instituição Cristã – FADIC,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais

Aprovado em: ____/____/____
Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Artemis Cardoso Holmes
FACULDADE DAMAS DA INSTITUIÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INTITUIÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Me. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha
FACULDADE DAMAS DA INSTITUIÇÃO CRISTÃ – FADIC

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus por sua bondade e graça em ter me concedido o privilégio de aprender tanto com um curso tão rico, me munindo de informações que vão me possibilitar a análise do mundo com um olhar mais abrangente.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Me. Artemis Cardoso Holmes, pela paciência, disponibilidade durante qualquer hora ou dia da semana e o acompanhamento que me forneceu durante esse processo. Sem esses, este trabalho não teria sido possível.

A minha mãe Célia, com quem sempre posso contar, pelo apoio e incentivo durante todo este desafio, tornando esta conquista algo bastante especial.

Por fim, aos amigos de sala, em particular a Jennifer, Cristiano, Fernando, Jessica, Marcone e Ingrid, que me proporcionaram debates importantes sobre os mais variados temas das Relações Internacionais, resultando no fortalecimento e amadurecimento de ideais que levarei durante toda a vida.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar o papel da Propaganda de Guerra produzida pela mídia ocidental no que diz respeito à guerra na Síria, em curso desde 2011, no rastro das chamadas “primaveras árabes”. Para isso, foi realizada uma análise de discurso com base no método qualitativo, do Jornal *The New York Times*, já que ele se torna uma fonte primária de informações para outras mídias globais. Os resultados apontaram para uma cobertura global da guerra na Síria polarizada, alinhada com interesses políticos do governo norte americano. Como conclusão, observamos que a hegemonia dos conglomerados ocidentais midiáticos ou o fluxo dominante da mídia global ditou a pauta mundial sobre a crise na Síria, conduzindo a guerra de acordo com os interesses das partes envolvidas.

Palavras chave: Síria. Mídia global. Propaganda de Guerra.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of the War Propaganda produced by the western media regarding the war in Syria, ongoing since 2011, in the wake of the so-called “Arab Spring”. To this end, a qualitative content analysis was conducted by The New York Times as it becomes a primary source of information for other global media. The results pointed to a global coverage of the polarized war in Syria, aligned with the US government's political interests. In conclusion, we note that the hegemony of western media conglomerates or the dominant flow of global media has dictated the world agenda for the Syrian crisis, conducting the war in the interests of the parties involved.

Key words: Syria. Global Media. War propaganda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Montagem com as capas de 12 jornais.....43
2. Capa do Jornal *The New York Times*.....44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A PROPAGANDA DE GUERRA.....	12
1.1. Jornalismo e Relações internacionais	12
1.2. A mídia Hegemônica	15
2. A GUERRA AO TERROR.....	18
2.1. O onze de setembro e a teoria da guerra preventiva.....	18
2.2. A construção do “Salvadorismo Americano”	23
3. A PROPAGANDA DE GUERRA NA INVASÃO SÍRIA	27
3.1. Antecedentes do conflito	27
3.2. Atores envolvidos.....	32
3.3. A construção do conflito pela mídia hegemônica	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

A guerra na Síria, em curso desde 2011, teve seu início em decorrência das chamadas “Primaveras Árabes”, fenômeno esse responsável pela derrubada de regimes ditatoriais em países árabes como Líbia, Tunísia e Egito. No entanto, a “Primavera Síria” tomou proporções muito maiores do que a onda de revoltas que afetou seus vizinhos. Nela estão envolvidos atores do Oriente Médio, como Iraque, Líbano, Jordânia, Irã, Israel e Turquia; instituições Supranacionais como a OTAN, a Liga Árabe e o Conselho de Cooperação do Golfo; culminando com a participação na guerra civil estabelecida, de países como Rússia, Estados Unidos, França e outros, tendo sido comparada, por sua abrangência e potencial de expansão, a uma guerra mundial¹. O número de mortos está na casa das centenas de milhares, e os refugiados, migrando por todo o entorno sírio, e sendo considerado um grande problema para a União Européia, são da ordem de 5,6 milhões, fora os 6,6 milhões de deslocados no país². A guerra permanece em vigor e um fator de maior complexidade contribui para postergar o seu fim: a guerra de propagandas, que tem como seu palco principal a mídia - desde jornais de papel às redes sociais e analistas de todo o espectro político.

As informações disponibilizadas pelo *New York Times*, e por outros veículos tradicionais do ocidente, em suas versões impressas, *on-line* ou televisionadas, contaram a história da guerra na Síria por uma ótica diferente de veículos de comunicação não ocidentais, como os da Rússia, China ou Líbano. Nos primeiros, o presidente da Síria foi descrito como um tirano que reprime violentamente seu povo que, por sua vez havia se rebelado pacificamente – e que foi capaz de se organizar e se armar em questão de meses, na sequência iniciando uma guerra civil - por conta dos anos de tirania do partido governante. A versão da mídia hegemônica³ ocidental alega que há um problema sectário, por pertencer o presidente sírio a uma “minorias étnica”, os Alauítas,

¹ “Uma ‘guerra mundial’ acontece dentro do território sírio”. Brasil de Fato, em 13.out.2016. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/13/uma-guerra-mundial-acontece-dentro-do-territorio-sirio/>>. Acesso em 14.Set.2019.

² Dados obtidos no site da Organização das Nações Unidas Brasil. ONU Brasil, em 04.abr.2019. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/apos-oito-anos-de-guerra-na-siria-mais-de-12-milhoes-permanecem-deslocados-video/>> . Acesso em 11.Ago.2019.

³ Quando um grupo hegemônico obtém da sociedade a aceitação de uma ideologia, está obtendo aval semântico para uma plethora de pontos de vista, visões de mundo, articulações de senso comum e representações sociais guiados por um sentido determinado. O sentido implica um caminho simbólico, uma direção cultural, que se pretende comum a todos, universal, verdadeira. Própria do mecanismo ideológico é a parte pelo todo, isto é, da parcialidade do sentido (já que é apenas a unidade consensual de um grupo específico) por uma totalidade ou universalidade ilusória. (SODRÉ, 2003 p.22)

e estes, aliando-se aos católicos, drusos e xiitas, governarem à revelia da maioria sunita. Também não faltam acusações sobre quebra de direitos humanos e pedidos de intervenções humanitárias e de entrega de mais armas e mais apoios aos “rebeldes”.

Já os veículos não ocidentais tratam em geral os opositores armados na Síria como grupos formados por jihadistas e terroristas – e como majoritariamente não sírios, ou seja, invasores estrangeiros, o que contesta a tese de “guerra civil”. Estes soldados, de ideologias islamitas radicais, como os *Salafistas-Wahabitas*⁴, teriam sido financiados, treinados e armados por países do Ocidente e seus aliados no Oriente Médio para destituir o governo sírio a qualquer custo, o que envolveria inclusive a destruição das instituições e infraestrutura sírias. Nas versões não ocidentais, Bashar al-Assad, seu exército e seus aliados são os únicos interessados em preservar a segurança do povo sírio contra as correntes ideológicas extremistas islâmicas. Em algumas das narrativas de mídias localizadas em países cujos governos se alinham ao atual governo sírio, este estaria sendo punido por não se subjugar à política ocidental para o Oriente Médio, e por desafiá-la, integrando o *Eixo de Resistência*⁵ contra a hegemonia dos Estados Unidos, Israel e aliados na região.

Em ambos os casos, observamos um alinhamento da mídia aos interesses ideológicos de seus governos. Segundo o filósofo e linguista, Noam Chomsky (2003), e o analista de mídia, Edward Herman (2003), “a mídia de massa depende de fontes confiáveis e com abundância de informação, já que manter repórteres e câmeras em vários lugares ao mesmo tempo, além de ser praticamente impossível, é extremamente

⁴ O Wahabismo é uma corrente nascida dentro do islamismo sunita criada por Muhammad Bin Abd al-Wahhab (1703-1792), que “obrigava as pessoas a aderirem a uma interpretação muito estrita e literal de ‘monoteísmo’, e de lutar contra o [que ele acreditava ser] paganismo”. Atos como a visita a túmulos de profetas e pessoas ilustres, ou mesmo a construção de túmulos era por ele considerado “paganismo” e “idolatria”. “O Wahabismo proíbe muitas práticas corriqueiras a outros muçulmanos, como ouvir certos tipos de músicas, desenhar seres humanos ou outras criaturas vivas que contenham uma alma, rezar durante a visita a um túmulo (incluindo a tumba do profeta Mohamed), seguir escolas de jurisprudência islâmicas, que na verdade constituem a ortodoxia sunita”. Embora o wahabismo seja salafista, nem todo salafista é wahabita. O salafismo nasceu como um movimento de reavaliação do islã, um retorno às origens que poderia levar a comunidade, paradoxalmente a uma volta ao passado ou a um passo para o futuro. No entanto, diferentemente do Wahabismo, é um movimento não político, embora existam grupos como a Irmandade muçulmana que aleguem ser salafistas. Embora haja uma diferença de enfoque, tanto o wahabismo quanto o salafismo se colocam como leituras únicas, de um islã “verdadeiro” (MOUSSALLI, 2009, pp. 2-15, tradução nossa).

⁵ “[O Eixo de Resistência] reúne, essencialmente, Irã, Síria, o Hezbollah libanês e, até recentemente, o Hamas palestino. Essa aliança se consolidou e ganhou força na medida em que o apoio oferecido pelos dois países ao grupo de resistência libanês, somado à capacidade que este tinha de aperfeiçoar permanentemente sua capacidade militar – e política, diga-se de passagem -, permitiu que algumas derrotas antes impensáveis fossem infligidas a Israel e, como consequência, estabeleceu um novo equilíbrio de forças e conferiu um poder de dissuasão antes inexistente” (NASER, S. H., 2013, p. 130).

caro”. Sendo assim, a diminuição dos custos leva à busca de informações relevantes em fontes onde elas podem ocorrer com mais frequência. No caso americano, A Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado em Washington, D.C. são eixos centrais dessas atividades.

Nos Estados Unidos, um dos jornais mais antigos em circulação e de maior credibilidade é o *The New York Times*, logo nossa análise usará como fontes de pesquisa matérias veiculadas na sua versão on line que abordam o assunto, nos restringindo ao período de 2011 a 2016 que abrange o governo do presidente americano Barack Obama.

Diante disso, na primeira parte do estudo apresentaremos o conceito de propaganda de guerra e a sua utilização ao longo da história em seus mais variados meios; posteriormente, explanaremos o conceito da guerra preventiva norte americana, conhecida como Guerra ao Terror, implantada pela Doutrina “Bush” após os atentados de Onze de setembro de 2001; e por fim, analisaremos o papel da propaganda como estratégia da política externa dos Estados Unidos para intervenção na guerra civil Síria.

Faremos uso da pesquisa bibliográfica através de livros e artigos que abordam o tema proposto, além de consultas a matérias e notícias veiculadas diariamente para que a análise seja apresentada de forma atual, uma vez que alguns dos fatos descritos têm acontecido no tempo presente. Para isso, utilizaremos a metodologia qualitativa, seguindo parâmetros de Herman e Chomsky em *A manipulação do Público* (2003), porém adaptados à mídia global,

CAPITULO I

1. A PROPAGANDA DE GUERRA

1.1. Jornalismo e Relações internacionais

A relação imprensa e Estado não é assunto recente, tendo sido largamente discutida por teóricos da comunicação e outros estudiosos da mídia. Sua atividade é estudada nos mais diferentes cenários e meios, e é importante entender, não só o seu papel em determinado governo, mas como ela se molda (ou como a moldam) de acordo com as condições políticas de cada país.

Um dos pioneiros a abordar o assunto, foi o cientista Walter Lippiman, especialista em opinião pública, que escreveu o primeiro trabalho do gênero em 1922, o livro *Public Opinion*. Para ele, através de uma sábia dosagem de desinformação, informação e censura, os americanos criam o conceito de guerra psicológica, no qual o inimigo (comunistas, terroristas, nacionalistas) é alvo de uma propaganda política difamatória.

O uso da propaganda de guerra é defendido pelo cientista político e teórico da comunicação Harold Lasswell, que apresenta em seu livro três passos praticados pelos governos durante as campanhas de guerra: (1) colocar a "culpa da guerra" do inimigo; (2) fomentar a natureza "satânica" do inimigo; e (3) propagar "a ilusão da vitória" (LASSWELL, 1938).

Ao observarmos as Guerras que marcaram o século XX, notamos a presença da propaganda como elemento eficaz e essencial para o bom desenvolvimento dos conflitos. Sua presença permeou os dois principais conflitos mundiais, sendo bastante utilizada pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e aperfeiçoada durante o período da Guerra Fria (1947-1991) pelos Estados Unidos. Era utilizada para fins internos de fomento a tropas, fortalecimento do nacionalismo e divulgação dos ideais socioeconômicos dos governos.

No período da Alemanha Nazista, a figura política de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda, foi muito importante no impulso dos meios de comunicação, entre 1933 e 1945. Utilizando o controle que detinha sobre o rádio, a televisão e os jornais, consequência do governo totalitário, Joseph soube aproveitar a oportunidade para comandar a máquina de propaganda do partido. O uso massivo do rádio como mecanismo ideológico, atingiu a mesma importância que a imprensa já tinha atingido e

os alemães souberam usufruir o potencial disseminador do novo meio (ARCANJO, 2015). O simples fato dos alemães fazerem o uso do aparelho por saberem que as notícias eram transmitidas ao vivo, causaram uma espécie de fascinação na população da época que, por sua vez, ficava embriagada pelos sentimentos sonoros expostos pelos seus grandes líderes. Assim, os discursos eram anunciados como notícias de importância extraordinária, em que era empregada uma linguagem simples, comovente e apelativa, no intuito de conseguir atingir as massas. De modo que,

o rádio torna-se um instrumento efetivo para a proliferação dos ideais do nacionalismo alemão. Sendo pequeno e prático, disposto em inúmeros locais públicos, por fim presente na maioria das casas, mostrou-se imensamente útil na doutrinação da população da Alemanha nazista (ARCANJO, 2006, p. 1879).

Os Estados Unidos demoraram a entrar na guerra midiática, uma vez que a difusão de programas e informações só começou em 1941, com o *U.S Foreign Information Service*, criado por Franklin D. Roosevelt. A preocupação pela intensa propaganda ideológica via rádio produzida pela Itália e Alemanha para os ouvintes da América Latina, fizeram os norte-americanos rever a necessidade de expandir suas transmissões em suas zonas de influência (MOREIRA, 2012).

Ainda que o início tenha sido tardio, em 1942 a luta midiática norte-americana já estava a topo vapor. No início desse ano, 80% dos domicílios dos Estados Unidos possuíam um aparelho de rádio, a maioria ligada a redes de notícias como a CBS e NBC, requisitadas pelo governo para transmitir sinais ao exterior (MOREIRA, 2012). Por outro lado, os jornais impressos, cumpriam seu papel na degradação da imagem dos japoneses, de uma forma similar à realizada com os judeus na Alemanha, para justificar o conflito e estimular a violência contra o inimigo.

A sociedade norte-americana tinha como característica o preconceito contra quem não pertencesse ao grupo White, Anglo-Saxon, Protestant (essa adjetivação foi popularizada sob a sigla WASP), principalmente contra latino-americanos, orientais e negros. Tal fator, somado ao intensivo trabalho de desumanização do inimigo oriental, elaborado pelos responsáveis pela propaganda de guerra e pela imprensa, fez com que a sociedade visse no ódio aos japoneses o motivo principal da Guerra (HEEN, 2012, p. 671).

Nesta relação entre governos nacionais e imprensa, o filósofo francês, Louis Althusser, caracterizou a mídia como um “Aparelho Ideológico do Estado”. Assim como a família, religião e escolas, ela teria papel fundamental na hora de garantir e perpetuar ideologias, valores e práticas, vinculadas ao pensamento de uma classe (ALTHUSSER, 1998, p.63)

Mas a propaganda política, que ganha status de ciência para muitos, não só é utilizada pelos ocidentais. A União Soviética e China também fizeram várias campanhas contra o imperialismo dos EUA, estimulando os países colonizados a aderirem ao socialismo, reforçando o bloco oriental.

Na extinta URSS, todos os jornais independentes ou que fizessem oposição ao governo comunista foram liquidados logo após a revolução de 1917, que derrubou a autocracia e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin. Dessa forma, as publicações tinham um claro objetivo, convencer a população sobre o progresso da ideologia comunista, além de tentar desconstruir o capitalismo. Essa divulgação acontecia de uma maneira um tanto peculiar.

No instante em que o tratado de paz com os nazistas foi quebrado por Hitler, em 1941, a imprensa soviética adotou um tom mais agressivo com seus inimigos ideológicos. Os principais meios de comunicação eram utilizados para incentivar a população a lutarem contra os alemães, que eram retratados como canibais, estupradores e exploradores. Para isso, muitas das notícias que tratavam sobre os progressos das tropas comunistas nos fronts, a miséria pela qual os países capitalistas passavam e as conquistas do país, eram inventadas para estimular os soviéticos a lutarem pelo bolchevismo (KERSHAW, 2010).

As autoridades soviéticas usavam romancistas consagrados dentro do país para essa função, como, por exemplo, Ilya Ehrenburg, do Estrela Vermelha, que se caracterizava pela veemência dos seus despachos contra os alemães (HEEN, 2012, p. 685).

Da mesma forma, as notícias seguiam a mesma parcialidade dos jornais ocidentais, porém se diferenciava pela presença de uma linguagem acentuadamente lírica e metafórica. Por outro lado, a imprensa ocidental combatia o comunismo da mesma forma, ainda que lutassem do mesmo lado. Mesmo que de uma maneira sutil, pelo menos durante o andamento do conflito, os jornais capitalistas da Inglaterra, Estados Unidos e até o Brasil, dispensavam espaço nos jornais à frente soviética, que sempre recebia um tratamento secundário em relação às outras batalhas, em que

em uma avaliação mais ampla dos jornais, pode-se dizer que a impressão é de que a guerra foi decidida pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. Nem mesmo quando as tropas soviéticas adentraram precursoramente em Berlim, vencendo o esforço concentrado dos demais países aliados para impedir que isto acontecesse, o fato recebeu espaço maior do que o noticiário acerca das tropas ocidentais (HENN, 2012, p. 685).

1.2. A mídia Hegemônica

A hegemonia da mídia se explica com a ideia de civilização capitalista⁶ de Comparato, na lógica de concentração e acumulação. O “poder ideológico capitalista” consolida-se não pela força bruta, mas pela ideia de legitimidade de poder de Max Weber. A propaganda é uma ferramenta ideológica, que na sociedade de consumo é transmutada em Relações Públicas. Como Relações Públicas, a atuação do poder ideológico é muito mais insidiosa, e a estruturação de consenso é passada de modo mais sutil, com a utilização, por exemplo, de uma pesquisa com médicos falando da importância do café da manhã ser uma refeição reforçada, paga pelas empresas que vendem bacon, sem que se leve em conta que o consumo deste alimento em excesso poderia ser prejudicial à saúde⁷ (MARCONDES FILHO, 2002,p. 118).

A sociedade de massas do século XX origina a “*mass media communication*, ou seja, um sistema englobando a grande imprensa, o cinema, o rádio e a televisão”, e os oligopólios empresariais percebem que o controle dos meios de comunicação lhes proporcionaria o “controle ideológico da vida social”. Bastava apenas vencer a regulamentação estatal, o que o acirramento neoliberal do final do século XX resolveu (MARCONDES FILHO, 2002, p. 114-116):

Nos Estados Unidos, foi revogada em 1996 a lei de 1934, que estabelecia limites na concentração de controle empresarial no setor de comunicação de massa. Seguindo no mesmo rumo, a Federal Communications Commission eliminou, em 2003, as proibições então existentes para a participação cruzada no capital das empresas de rádio e televisão. O resultado não se fez esperar: enquanto que em 1983 havia no mercado norte-americano de mass media 50 empresas de médio porte, em pouco tempo ele passou a ser dominado por apenas cinco macro empresas⁸¹. Na Europa, até 1980, apenas três países tinham televisão privada (Itália, Reino Unido e Luxemburgo). Hoje, ela existe em todos eles. Como exemplo de conglomerado mundial de comunicação de massa, basta citar News Corporation, criada por Ruper Murdoch na Austrália. A partir de 1981, ela passou a controlar empresas de imprensa, rádio e televisão nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Ásia. (COMPARATO, 2013, p. 117)

⁶Uma civilização, para Comparato, distingue-se das demais pela “mentalidade coletiva”, relativa à “prática cultural e ao sistema ético”, e também “pela sua forma particular de organização social, fundada no poder”. O poder, que até a idade média pertencia ao clero ou à nobreza, após o feudalismo e com a proliferação de comerciantes e crescimento dos burgos, passa a ser manifesto pela riqueza de cada um - “A única diferença da condição individual ou familiar era dada pelo nível de fortuna” - e deixa de ser determinado, como foi na tradição indo-europeia feudal, por um direito divino (COMPARATO, 2013, p. 83-84).

⁷O processo acima é chamado da “Indústria da Consciência”, quando a comunicação publicitária se mistura ao noticiário e a própria sociedade como um todo começa a se perceber como um ente que tem a obrigação de se comunicar - em um nível principalmente mercadológico.

Qual a consequência de uma concentração tão grande dos conglomerados midiáticos? Noam Chomsky, em entrevista a David Barsamian, é indagado se “a propriedade dos meios de comunicação social determina sempre o seu conteúdo” (CHOMSKY, 1999 p.60). A resposta de Chomsky é uma forma de se compreender por que caminho se dá a hegemonia cultural exercida pelas empresas de mídia, e como opera por meio de consensos, sem imposições bruscas.

Em um sentido mais amplo, sim, porque se o conteúdo ultrapassar os limites impostos pelos proprietários desses meios, eles certamente intervirão. No entanto, a flexibilidade aí é grande. Os investidores não procuram os estúdios de televisão para garantir que os repórteres e as pessoas convidadas a falar estão fazendo o que desejam. Há outros mecanismos, mais sutis e complexos, para que se divulgue o que os proprietários e investidores querem; um longo processo de filtragem garante que só ganhem posições de comando no sistema, como gerentes, editores, etc., as pessoas que internalizaram os valores dos proprietários. Ao atingir aquelas posições essas pessoas podem dizer que são livres. Assim, ocasionalmente encontramos um tipo de liberal independente como Tom Wicker, que afirma: “Eu digo o que quero, ninguém manda me dizer o que deseja. O sistema é de liberdade absoluta”. O que para ele é verdade. Depois de demonstrar a seus chefes ter internalizado seus valores, ele estava inteiramente livre para escrever o que quisesse. (CHOMSKY, 1999, p. 60-61)

Nesse caso, o poder é não coercivo, pois o conteúdo de um canal televisivo se define por pessoas que estão imbuídas dos valores da direção da organização. A Hegemonia Cultural não atua somente na exclusão ou inclusão de ideias e visões, mas também na de pessoas. O monopólio midiático se aproveita de uma estruturação identitária da sociedade em nichos ou segmentos, por meio do marketing e da publicidade. Tais subdivisões segregam atitudes, comportamentos, e estilos de vida, para que atendam melhor às expectativas do capitalismo. O resultado disso é que “As diferenças culturais que emergem com a globalização do capital são dirimidas dentro da esfera mercantil no terreno midiático-cultural” (OLIVEIRA, 2013, p. 82-86).

[...] a transfiguração do jornalismo *stricto sensu* para o espaço midiático significou também a transformação dos valores presentes na ideia de jornalismo e esfera pública. Christopher Lasch, em *A cultura do narcisismo*, afirma que para o discurso midiático hoje não interessa mais o verídico, mas sim o verossímil, o confiável e o célebre. (Lasch, 1983). Sai de cena a autoridade da fala do conhecimento (e, por tabela, do intelectual, mesmo o orgânico da classe dominante) e entra a celebridade, cuja autoridade de fala é dada tautologicamente pela mídia – está na mídia porque é famoso e é famoso porque está na mídia. A informação passa a ser subsumida pela lógica do entretenimento e do consumo (o que gerou a estranha categoria midiática do *infotainment*, o *infotainment*) consolidando o esvaziamento da política enquanto espaço de poder. A esfera política vira, assim, mero território cênico, onde imagens de celebridades desfilam falas, narrativas visuais, sentimentos e projeções de sensações articulando a organicidade social pelas “sensibilidades”. (OLIVEIRA, 2013, p. 87)

A relação de interesse mútuo entre o Governo dos Estados Unidos e a mídia é analisada profundamente pelo filósofo e linguista, Noam Chomsky, e o analista de mídia, Edward Herman.

A mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses. A mídia precisa de um fluxo constante e confiável de matérias-primas para notícias. (...) Não é possível ter repórteres e câmeras em todos os lugares onde histórias importantes podem acontecer. A economia dita que a mídia de massa deve concentrar seus recursos onde possam ocorrer notícias significativas com mais frequência, onde importantes rumores e boatos surjam, e onde ocorram coletiva de imprensa regulares. A Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado em Washington, D.C. são eixos centrais dessas atividades (CHOMSKY; HERMAN, 2003, p.77).

O teórico da comunicação, Marshall McLuhan, ainda destaca a capacidade da imprensa de se relacionar com diversas esferas da sociedade.

Em seu estudo sobre a imprensa, *The Fourth Branch of Government* (O Quarto Poder), Douglas Carter surpreende-se com o fato de que a imprensa consiga relacionar consigo mesma e com a nação, departamento e setores governamentais extremamente fragmentados (MCLUHAN, 2007, p. 241).

A ideia de um “jornalismo crível”, não necessariamente verídico, não obrigatoriamente respaldado por uma postura crítica, mantém a estrutura de consensos e reforça o poder capitalista global. O conceito de mídia hegemônica que opera o modelo de propaganda foi moldado então, pela evolução do jornalismo diante das exigências do capitalismo, sua transformação em mídia e a concentração das empresas que detém um monopólio da informação, definindo assim as ideologias que devem predominar na sociedade, de acordo com os poderes estabelecidos.

Dessa forma, lidando com uma crise internacional, como a guerra, a independência ou a objetividade midiática torna-se ainda mais questionável. Na história, durante momentos de conflitos, a mídia mostrou-se como peça fundamental na manutenção dos interesses dos países envolvidos, relacionando-se com as suas políticas externas. Através dos veículos de comunicação, tentou-se um consenso na opinião pública em favor das decisões governamentais que interferiram no cenário internacional.

CAPITULO II

2. A GUERRA AO TERROR

2.1. O onze de setembro e a teoria da guerra preventiva

Com o fim da guerra fria e a dissolução do ideal do socialismo internacionalista, o mundo aparentemente encontrava-se em relativa paz. O pensador Armand Mattelart (2017) “atesta que a ausência desde o fim da guerra fria, de um adversário global claramente identificável para os Estados Unidos criou a ilusão de um mundo unipolar em que os riscos de conflitos eram mais econômicos do que militares devido aos blocos como a União Européia, Mercosul, Nafta, entre outros”. Nesse cenário, um novo inimigo surgiu se impondo, e não era mais um país, um estado-nação, mas um inimigo invisível, que se move em redes subterrâneas que ligam máfias, radicalismos religiosos e interesses econômicos, chamados de novas frentes mundiais de desordem, forças que se movem no “*imundus*” e desafiam o “*mundus*” (MATTELART, 2017).

Os eventos de Onze de Setembro designam uma série de ataques terroristas efetuados contra os Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001, numa manhã de terça-feira, às cidades de Nova York e Washington pelo grupo terrorista Al-Qaeda⁸. Foram 2.602 mortos no *World Trade Center*⁹, incluindo bombeiros e agentes de resgate, 265 mortos nos quatro aviões sequestrados, incluindo os 19 sequestradores, 125 mortos no Pentágono, além de 23 desaparecidos, totalizando 3.234 pessoas de 90 nacionalidades diferentes que perderam as vidas. Em termos de perdas materiais, além da queda das duas torres de 110 andares do World Trade Center, a cidade de Nova York registrou ainda a destruição total, ou parcial de 25 edificações nas imediações dos ataques, entre eles cinco outros prédios do complexo *World Trade Center*, incluindo o

⁸ Desde a sua criação, o principal objetivo do grupo é o combate à influência ocidental nos países muçulmanos, inclusive nas nações cujos governos islâmicos são considerados pelo grupo como “liberais demais”. Além disso, objetivam a implementação da Xaria, o código moral islâmico interpretado de forma extrema pelo grupo. A Al-Qaeda – cujo nome significa “A Base”, em árabe – possui duas formas de atuação: a primeira é o terrorismo, praticado por meio de atentados e sequestros; a segunda forma é o jihadismo, que atua no combate armado em locais específicos, como a Síria, por exemplo. Disponível em: <https://www.politize.com.br/al-qaeda/>. Acesso em 08Nov.2019

⁹ Em janeiro de 2005, o serviço de medicina legal da cidade de Nova York declarou encerrado o processo de coleta e identificação dos restos mortais encontrados nos escombros do World Trade Center. Em nota, o legista chefe observa que “cerca de 10 mil fragmentos não-identificados de ossos e tecido humano não puderam ser identificados com base na lista de desaparecidos, ou de mortos confirmados”. Informação obtida em “Ground Zero Forensic Work Ends”. CBS News, 23 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/stories/2005/02/23/national/main675839.shtml>. Acesso em: 08 Nov. 2019.

Marriott Hotel World Trade Center, o prédio do *Deutsche Bank*, o *Fiterman Hall* do *Manhattan Community College*, a igreja de São Nicolau, e quatro estações subterrâneas de metrô e trem. Os atentados envolveram o sequestro de quatro aviões de passageiros¹⁰ que deveriam ser lançados contra os grandes símbolos da primazia norte-americana: a economia, simbolizada pelo ataque ao centro financeiro de Nova York, as forças armadas, simbolizada pelo prédio do Pentágono em Washington, e, finalmente, a política, com o ataque aparentemente planejado, porém frustrado, à Casa Branca, símbolo máximo da autoridade política norte-americana.

Diante dos acontecimentos, o governo norte-americano delineou uma nova política estratégica de segurança e defesa, tendo em vista o novo cenário mundial. No dia 20 de setembro, em pronunciamento especial ao Congresso e ao público norte americano, o Presidente George W. Bush declara a guerra ao terrorismo: “Nossa guerra ao terror começa com a *Al-Qaeda*, mas não termina nela. Não terminará até que todos os grupos terroristas de alcance global sejam encontrados, detidos e derrotados” (2001, p. 2, tradução nossa). As palavras anunciavam o novo caminho a ser seguido pelos Estados Unidos: o país se encontrava em uma guerra sem fim contra inimigos difusos, o que implicava meios de combate igualmente difusos. Em sua essência, a fala transmitia uma mensagem clara: quem não estivesse a favor estaria necessariamente contra os Estados Unidos na guerra contra o terror.

Neste sentido, alguns discursos são empenhados por Bush e demonstram o que seria visto posteriormente na *National Strategy Security* (NSS) de 2002, tais como o *State of the Union Address* de janeiro de 2002, onde Bush afirmava que os EUA deveriam enfrentar novas ameaças que abrangeriam grupos terroristas e *rogue states*. Com isso, os objetivos da nação foram definidos na destruição de grupos terroristas e na

¹⁰ Estes são principais dados sobre os quatro aviões sequestrados naquele dia: (1) voo 011 da American Airlines, partindo de Boston com destino a Los Angeles, com 81 passageiros e 11 tripulantes a bordo, que colidiu com a Torre Norte do World Trade Center às 8h46, hora local; (2) voo 175 da United Airlines, com mesma origem e destino, 56 passageiros e 11 tripulantes, que colidiu com a Torre Sul às 9h2; (3) voo 077 da American Airlines, partindo de Dulles com destino a Los Angeles, com 58 passageiros e 6 tripulantes, colidindo com o Pentágono, sede do Departamento de Defesa, às 9h37; e (4) voo 93 da United Airlines, partindo de Newark e com destino a São Francisco, com 38 passageiros e 7 tripulantes, que teria caído nas proximidades de Shanksville, Pensilvânia, devido a um confronto entre sequestradores e passageiros. A hipótese mais aceita é que este último avião teria como destino a Casa Branca, em Washington.

prevenção de que terroristas e regimes hostis tivessem acesso à Armas de Destruição em Massa (ADM)¹¹.

Foi neste discurso que Bush explicitamente mencionou Irã, Iraque e Coréia do Norte como países que constituem um eixo do mal, vinculando terrorismo, armas de destruição em massa e *rogue states* como uma trindade do mal, que deve ser combatida de maneira ativa. No discurso pela graduação de oficiais em *Westpoint*, em junho de 2002, o Presidente clamava por uma nova maneira de reagir às novas ameaças que superassem a dissuasão e a contenção¹², baseada no uso preemptivo da força contra terroristas. Partes destes e outros discursos encontram-se no texto da NSS integrando a doutrina presidencial desenvolvida para o período.

Esta nova estratégia foi bem explicitada na NSS de 2002¹³ e retomada na NSS de 2006, caracterizando a nomeada Doutrina Bush, ou, como ficou conhecida, a doutrina da guerra preventiva. Aqui se faz necessário pensar o sentido da expressão “ação preventiva”, que constitui, a nosso ver, uma caracterização inadequada, uma vez que esta implica na existência de uma situação real e objetiva de ataque iminente¹⁴. O que a nova estratégia endossa é guerra preventiva: o ataque a uma possível ameaça antes mesmo que ela se torne real, ou iminente. Tal lógica de antecipação constitui, portanto, a prescrição para um estado permanente de guerra, uma vez que, de acordo com os termos estabelecidos pela nova doutrina, a simples existência de condições com base nas quais uma ameaça possa eventualmente se desenvolver já seria evidência suficiente para a guerra preventiva.

Além da lógica da “ação preventiva” em resposta a percepções de ameaças externas, em flagrante violação do princípio de direito internacional de ataque apenas em legítima defesa, a nova estratégia reafirma a prioridade da manutenção da primazia

¹¹ Em maio de 2003, os EUA lançaram a Proliferation Security Initiative (PSI), uma ação global que visava impedir o tráfico de ADM e materiais relativos e seus sistemas de distribuição entre atores estatais não estatais. A iniciativa reconheceu a necessidade de instrumentos robustos para barrar a proliferação de ADM e foi adotada por mais de 90 países.

¹² O governo norte-americano declarou apoio a essa estratégia da política externa quando o presidente Harry S. Truman, no dia 12 de março de 1947, proferiu diante do Congresso Nacional um agressivo discurso, afirmando que os países capitalistas deveriam se defender da ameaça socialista fazendo uso da ameaça nuclear.

¹³ Dividida em nove sessões a NSS de 2002 tem 35 páginas, sendo um documento mais curto se comparado a documentos de gestões anteriores. Já o documento de 2006 possui onze sessões e 54 páginas, duas a mais que a antecessora, este documento recupera aspectos da NSS de 2002 efetuando um balanço das posições adotadas pelo governo.

¹⁴ Um exemplo clássico de ação preventiva em legítima defesa seria a ação militar empreendida por Israel contra Egito, Síria e Jordânia na Guerra de Seis Dias de 1967. Nesse sentido, ver Oren (2002).

militar norte-americana, ideia central na estratégia de primazia da década de 1990¹⁵. O objetivo é claro: impedir o surgimento de rivais em potencial, recorrendo à força armada para preservar os interesses norte americanos. O multilateralismo, a ordem liberal institucional e a dissuasão cedem lugar ao unilateralismo, à coerção e à intimidação política, praticados dentro de uma lógica maniqueísta que divide o mundo entre “bons” e “maus”, “civilizados” e “bárbaros”.

A doutrina compreende que as estratégias da contenção e da dissuasão utilizadas pelos governos anteriores não são suficientes para evitar o terrorismo bem como a possibilidade da produção e uso de armas de destruição em massa por estes grupos, e, para tanto novas medidas devem ser acrescentadas a fim de proteger os cidadãos norte-americanos, bem como os países aliados aos Estados Unidos. Neste sentido, Bush declara que:

For much of the last century, America's defense relied on the Cold War doctrines of deterrence and containment. In some cases, those strategies still apply. But new threats also require new thinking. Deterrence -- the promise of massive retaliation against nations -- means nothing against shadowy terrorist networks with no nation or citizens to defend. Containment is not possible when unbalanced dictators with weapons of mass destruction can deliver those weapons on missiles or secretly provide them to terrorist allies. We cannot defend America and our friends by hoping for the best. (...) If we wait for threats to fully materialize, we will have waited too long (THE WHITE HOUSE, 2002).¹⁶

A NSS de 2002 pontuava a necessidade de proteger os norte americanos, bem como seus aliados, das novas ameaças internacionais e, nomeadamente, da ameaça das armas de destruição em massa em mãos de Estados falidos e grupos terroristas. Seguindo o discurso de George W. Bush de 01 de junho de 2002 em *Westpoint*, a estratégia se baseia na defesa da paz através da luta contra o terrorismo e os governos tirânicos, na preservação da paz através do bom relacionamento com as grandes potências e a extensão da paz através do incentivo e a promoção da democracia (THE WHITE HOUSE, 2002).

¹⁵ Sobre a “Estratégia da Primazia”, ver Resende (2005:87-93), Posen e Ross (2001).

¹⁶ Durante grande parte do século passado, a defesa americana se baseou nas doutrinas da Guerra Fria de dissuasão e contenção. Em alguns casos, essas estratégias ainda se aplicam. Mas novas ameaças também exigem novas idéias. A dissuasão - a promessa de retaliação maciça contra as nações - não significa nada contra as redes terroristas sombrias sem nação ou cidadãos para defender. A contenção não é possível quando ditadores desequilibrados com armas de destruição em massa podem entregar essas armas em mísseis ou secretamente fornecê-las a aliados terroristas. Não podemos defender a América e nossos amigos, esperando o melhor. (...). Se esperarmos que as ameaças se materializem totalmente, teremos esperado demais (THE WHITE HOUSE, 2002, tradução nossa)

No prefácio da NSS de 2002 o Presidente Bush avalia que o cenário de segurança norte-americano sofreu uma alteração relevante após os atentados de Onze de setembro. Inimigos que no passado precisavam de grandes exércitos e poderosa capacidade industrial e militar para causar danos aos EUA foram substituídos por grupos ou indivíduos que podem causar caos e sofrimento com um custo muito baixo. Segundo o Presidente, o perigo mais grave a ser enfrentado pela nação trata da ligação entre radicalismo e tecnologia uma vez que grupos terroristas estariam decididos a adquirir armas de destruição em massa; tendo isto em vista, os EUA atuariam com o escopo de não permitir que terroristas e *rogue states* tivessem acesso a essas tecnologias, ao mesmo tempo em que construiriam um sistema de defesa antimíssil, a fim de proteger o território americano, e agiriam em conjunto com outras nações para deter os esforços de grupos ou Estados hostis na aquisição de tecnologias perigosas¹⁷.

Trata-se de uma importante alteração na forma de se lidar com ameaças externas: os Estados Unidos lutarão contra seus inimigos e defenderão seus interesses nacionais de forma preventiva. Para tanto, declaram sua intenção de ignorar a lógica de legítima defesa, recorrendo diretamente à guerra preventiva, com recursos de poder convencionais, ou não, caso entendem que estejam sob ameaça, certa, ou iminente. Além disso, o documento declara abertamente a prioridade na manutenção da supremacia militar norte americana, impedindo que aliados, ou inimigos adquiram capacidades militares comparáveis no pequeno, ou longo prazo. Assim como no final da Segunda Guerra, os Estados Unidos articulam um novo projeto estratégico para a administração de seu poderio internacional. Contudo, entendemos que o discurso que tenta dar sustentação a este redirecionamento da política externa norte-americana não é novo nem produto de improviso no calor da urgência de reação aos eventos do Onze de Setembro. Na verdade, ele resgata um conjunto de representações e significados que estavam presentes na estratégia da primazia articulada na década de 1990 (RESENDE, 2005).

Objetivando se proteger contra as novas ameaças, o governo demonstrou-se favorável a ações antecipadas, ou seja, ao uso de todos os meios de poder para evitar novos ataques, atuando antes que estes se materializassem. Desta forma, relaciona-se no documento de 2002 que:

¹⁷Mais uma ação liderada pelos EUA foi a adoção da Resolução 1540 de 2004 no Conselho de Segurança, requerendo que as nações criminalizassem a proliferação de Armas de destruição em massa e instituíam controles efetivos sobre as exportações destes materiais.

America will act against such emerging threats before they are fully formed. We cannot defend America and our friends by hoping for the best. So we must be prepared to defeat our enemies' plans, using the best intelligence and proceeding with deliberation (THE WHITE HOUSE, 2002)¹⁸.

Simultaneamente, ao compreender o terrorismo como ameaça global a segurança internacional, foi ponderado na NSS de 2002 que a luta contra o terrorismo teria o poder de unir as potências em torno de uma causa comum, o que tornou o momento pós-ataques uma fase de oportunidade para a extensão dos benefícios da liberdade, da democracia, dos livres mercados e do livre comércio ao mundo todo, buscando produzir um cenário estável que não abrisse precedentes para o florescimento do terrorismo. O documento descreve que a base da estratégia de segurança nacional dos EUA seria o internacionalismo diferenciado refletindo a união dos valores universais aos interesses nacionais do país, neste sentido, o objetivo da estratégia é a construção de um mundo melhor por meio da promoção da liberdade política e econômica, relações pacíficas com outros Estados e respeito pela dignidade humana (THE WHITE HOUSE, 2002, p.1).

A presunção universalista da defesa de valores, tais como a liberdade, a democracia e o livre mercado, ilustra o caráter missionário da estratégia de segurança nacional dos EUA. Assim, a garantia da segurança dos EUA e internacional só é possível de ser garantida se o alcance desses valores for maximizado.

2.2. A construção do “Salvadorismo Americano”

Entendemos que os atos terroristas de 2001 ofereceram as condições propícias à hegemonização do discurso que possibilitou a existência da nova estratégia, sobretudo devido à profundidade da crise orgânica experimentada pela sociedade americana, que clamava por uma urgente mudança política de forma a superar o sentimento de vulnerabilidade extrema incitado pelo trauma dos ataques. Se, na década de 1990, o discurso que tentou institucionalizar a estratégia da primazia encontrou resistência por parte de outros discursos, ou talvez devido à inexistência de uma crise suficientemente

¹⁸ Os Estados Unidos agirão contra essas ameaças emergentes antes de serem totalmente formadas. Não podemos defender a América e nossos amigos, esperando o melhor. Portanto, devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos, usando a melhor inteligência e prosseguindo com a deliberação (THE WHITE HOUSE, 2002, tradução nossa)

forte de forma a deslocar o senso comum dominante na época, o mesmo não pode ser dito a partir de 2001.

Além disso, essa segunda tentativa de hegemonização do discurso também foi auxiliada pelo fato de que a vitória de W. Bush possibilitou a recondução das mesmas pessoas que promoviam a proposta inicial dez anos antes¹⁹. Dessa vez, porém, o discurso encontra um ambiente mais receptivo a sua hegemonização: o sentimento de trauma nacional coletivo, que teria provocado sensações de vulnerabilidade, insegurança e incerteza há muito não experimentadas, e um momento privilegiado para a rearticulação e avanços de demandas devido à janela de oportunidade produzida pelo Onze de Setembro.

Definindo-se como um conservador moderado e justo²⁰, George W. Bush havia tomado posse como o 43º presidente dos Estados Unidos ao derrotar o democrata Al Gore em eleições no mínimo controversas, ainda em 2000. Eventuais dúvidas quanto à legitimidade de seu governo, porém, foram esquecidas quando, imediatamente aos ataques de 2001, seu índice de aprovação pulou de 51% para 86% (BENEDETTO; O'DRISCOLL, 2001). A demanda popular por uma reação rápida e enérgica permitiu a não-problematização não só das motivações dos ataques terroristas como também a forma de reagir a eles. O discurso que possibilitou a implementação da Guerra ao Terror começou a se hegemonizar quase que imediatamente aos ataques de 2001. Na noite de 11 de setembro, em comunicado transmitido pela TV, o presidente já começava a articular o discurso que fundamentaria e legitimaria a Guerra ao Terror: a construção de uma linha divisória entre “eles” e “nós” e o imperativo de escolha de um lado (PASSAVANT; DEAN, 2002).

A linha divisória de W. Bush não era territorial ou espacial, como se delimitasse uma disputa de fronteiras entre duas entidades nacionais soberanas, e sim uma linha imaginária que evoca a constante e mútua produção de diferenças entre os que estão de um lado e os que estão do outro lado da linha. É justamente essa linha

¹⁹ Cheney, Wolfowitz, Rumsfeld, Libby, Edelman, Kristol passaram ocupar posições centrais na Administração W. Bush, formando, junto com outros “falcões” como Condoleezza Rice, o chamado “núcleo duro” do gabinete republicano. As decisões de política externa passaram a ser centralizadas na esfera do Departamento de Defesa e no Conselho de Segurança Nacional, marginalizando Colin Powell e o Departamento de Estado.

²⁰ A expressão “compassionate conservatism” foi cunhada para identificar o novo político de natureza neoconservadora e religiosa. Ver Kristol (1995).

divisória que nos leva ao problema da (re) produção da identidade nacional nas práticas de política externa (CAMPBELL, 1998).

Seja na Operação *Enduring Freedom*, que resultou nos ataques ao regime Talibã no Afeganistão em 2001, na caçada global a Osama Bin Laden e à rede Al-Qaida, envolvendo operações militares, sanções econômicas e coleta de inteligência, ou na invasão do Iraque em 2003, devido a suspeitas da ligação entre Saddam Hussein e a *Al-Qaeda*, ou na suspeita de arsenal iraquiano de armas de destruição em massa, o discurso que produziu as condições de aceitação e legitimação dessas decisões se alimentou da articulação discursiva de uma linha divisória que converteu diferença em xenofobia.

Não é apenas o cálculo racional de interesses que nos leva à guerra. Fazemos guerra pelo que vemos, percebemos, retratamos, imaginamos e falamos dos outros. Assim, as guerras se tornam possíveis pela forma como construímos a diferença com relação aos outros e a semelhança entre nós mesmos através das representações. Zonas protegidas de linguagem, recurso a dicotomias binárias, ultimatoss do tipo either/or e uso de oposições concorrentes e imitativas são algumas das estratégias identificadas na Guerra ao Terror (DER DERIAN, 2002, p. 185).

Uma guerra articulada com base na constante evocação de uma linha divisória tão inequívoca como a articulada pela Guerra ao Terror se caracteriza por aquilo que denomina de guerra mimética: uma disputa de imitação e representação, em que a relação de quem somos e quem eles são é produzida ao longo de um espectro de familiaridade e amizade, indiferença e tolerância, afastamento e hostilidade. Ela pode gerar apreciação, ou difamação, acomodação, ou separação, assimilação ou extermínio. Ela traça fronteiras físicas entre povos, assim como fronteiras metafísicas entre vida e a mais radical das outras vidas, a morte. Ela separa o indivíduo de Deus. Ela constrói a cerca que gera os bons vizinhos e o muro que confina o povo. Sanciona todo tipo de violência (DER DERIAN, 2002, p.184-185).

É justamente neste sentido que devemos entender a Guerra ao Terror: uma prática social através da qual o Estado assumiu o papel de exclusivo representante da comunidade nacional ao se engajar num incessante processo de produção de diferenças frente a um outro externo. Agindo em nome da preservação e defesa do corpo social interno, o Estado constrói o outro externo a ser combatido, impõe sua visão de mundo específica e reinscreve o sentido do senso comum da coletividade, simultaneamente em que disciplina e pune desvios internos. A reconfiguração do sentido do senso comum

permite, em última hipótese, a implementação de novas políticas, normas, valores e instituições impensáveis antes do início da crise. O que, em outro contexto histórico, seria entendido como totalmente inaceitável, torna-se, no momento atual, não somente aceitável, mas a única opção possível.

Não causam surpresa, portanto, as políticas radicais que foram possibilitadas pelo discurso da Guerra ao Terror. Da declaração de guerra total ao terrorismo internacional à reinterpretação do direito internacional de forma a tornar aceitável a guerra preventiva, da institucionalização do *Department of Homeland Security* à reestruturação dos serviços de inteligência, da aprovação do *USA Patriot Act*, que permite a detenção de suspeitos por tempo indefinido sem formalização de denúncia-crime, ao monitoramento eletrônico de telefones, emails, celulares comunicações sem autorização judicial, de vôos secretos para transporte de supostos suspeitos para interrogatório em países que praticam tortura à detenção sem acusação formal de indivíduos no limbo legal da base militar de Guantánamo. Todos são exemplos de novas regras, leis, instituições e políticas que somente puderam ser concebidas com a hegemonização de um discurso capaz de produzir as condições de possibilidade para essas mudanças.

Por fim, a hegemonização do discurso demonstra toda sua eficácia com a mudança do comportamento social. De imediato, uma enorme onda de patriotismo varreu o país, com bandeiras e flâmulas simbolizando a nação unida contra o terror. Frases como *United We Stand* e *Never again* reforçavam o entendimento de que todos deveriam se unir em solidariedade para enfrentar o inimigo que buscava destruição da América. Desde a Segunda Guerra não se registrava demonstração tão intensa de patriotismo no país.

CAPITULO III

3. A PROPAGANDA DE GUERRA NA INVASÃO SÍRIA

Durante a nossa pesquisa, compreendemos que para entender a atuação da mídia hegemônica ocidental, se fazia necessário não só explicar o contexto que deu início ao conflito em 2011, como também os antecedentes e os atores envolvidos que contribuíram para que o conflito tomasse proporções internacionais.

3.1. Antecedentes do conflito

Bashar al-Assad sucedeu seu pai aos 34 anos, tornando-se presidente da Síria a partir dos anos 2000, em uma manobra do Partido *Baath* para não abrir espaço à disputa de poder. Longe de ser um mero instrumento para a manutenção do regime, logo nos primeiros anos de mandato, Bashar trocou dois terços dos postos mais altos do governo. O processo de modernização foi perceptível, desde a expansão do ensino de inglês no sistema educacional à entrada da internet e expansão da telefonia móvel no país. Em outros pontos, modernizar ou aplicar políticas anteriormente existentes pode ser interpretado como uma questão de necessidade:

In terms of domestic policymaking, [Bashar al-Assad] refused to engage in any fundamental political reform efforts, although an increased degree of media liberalization and the rise of civil society organizations pointed towards a tacit opening of Syrian society. In the economic field, he continued the gradual liberalization approach that had already prevailed under his father. Yet the degree of economic liberalization was significantly increased after 2005, underlining the drift in the higher echelons of the Syrian state class toward alliances with the new bourgeoisie. In foreign policymaking, Syria continued to belong to an axis of resistance with Iran and Hizballah in Lebanon. Bashar sustained pan-Arab nationalist claims such as support for Palestinian rights and demands for Israel to return the Syrian Golan Heights. However, he also explored opportunities to improve the relationship with the U.S. and the European Union (EU). However, these efforts suffered from the fact that U.S. policymakers continued to focus on efforts to impose a pro-Israeli Pax Americana in the region rejecting any consideration of legitimate Arab and Syrian grievances. (DOSTAL, 2014, p. 35)²¹

²¹ Em termos de elaboração de políticas nacionais, [Bashar al-Assad] recusou-se a se envolver em quaisquer esforços fundamentais de reforma política, embora um maior grau de liberalização da mídia e a ascensão de organizações da sociedade civil apontaram para uma abertura tácita da sociedade síria. No domínio econômico, ele prosseguiu com a abordagem gradual de liberalização que já tinha prevalecido com o seu pai. No entanto, o grau de liberalização econômica foi significativamente aumentado após 2005, destacando-se a mudança nos escalões mais elevados da classe estatal síria em direção a alianças com a nova burguesia. Na elaboração da política externa, a Síria continuou a pertencer a um eixo de resistência com o Irã e o Hezbollah no Líbano. Bashar sustentou reivindicações nacionalistas pan-árabes

Os dez anos anteriores à guerra na Síria contêm, necessariamente, os elementos estruturais e conjunturais, internos e externos, ao conflito em curso. Uma linha do tempo do período deverá incluir

[...] (1) the transition period from the time of [Bashar al-Assad] assuming office until the U.S.-led occupation of neighboring Iraq (2000-2003); (2) the first phase of sustained external pressure when the U.S. threatened regime change from outside (2003-2005); (3) the second period of sustained pressure in which Syria was forced to withdraw its military presence in neighboring Lebanon in 2005; (4) the short stage of direct challenge of the axis of resistance during the border war between Israel and Hizballah in Lebanon in 2006; (5) the increased shift of the Syrian regime toward economic liberalization during the 10th Syrian Five Year Plan (2005-2010); (6) the period between the beginning of the so-called ‘Arab Spring’ and the rise of public protests in Syria (2010-March 2011); and (7) the rapid deterioration of the Syrian domestic political situation beginning March 2011, with the beginning of the Syrian uprising and the consequent ongoing regime efforts to react with a combination of political reforms and repression. (DOSTAL, 2014, p. 35)²²

A primeira fase do governo de Bashar, até 2003, é marcada por mudanças e adaptações nos cargos. Bashar enfrenta protestos assim que assume, com um movimento chamado de “Primavera de Damasco”, que reivindicou o fim do Estado de emergência e a libertação de prisioneiros políticos. Embora não tivessem sido capazes de mobilizar muitas pessoas e tenham enfrentado prisões e julgamentos, as manifestações surtiram certo efeito, uma vez que o governo examinou alguns casos e promoveu solturas, e a partir daí passa a adotar uma postura mais tolerante com manifestantes e expressões públicas.

Na segunda fase, entre 2003 e 2005, houve na população o receio de que a Síria fosse o próximo alvo da Guerra ao Terror promovida pelos EUA contra o vizinho Iraque. Bashar recebeu no país cerca de 1,5 milhões de iraquianos, ao abrir as fronteiras para que fugissem da guerra. Aquele foi um momento de grande união, com grandes

como suporte para os direitos dos palestinos e exigências de Israel para a devolução do Golã sírio. No entanto, ele também explorou oportunidades para melhorar o relacionamento com os EUA e a União Européia (UE). Porém, esses esforços sofreram com o fato de que os formuladores de políticas dos EUA continuaram a se concentrar em esforços para impor uma Pax Americana pró-Israel na região rejeitando qualquer consideração de queixas árabes e sírias como legítimas.” (tradução nossa).

²² [...] (1) o período de transição a partir do momento que [Bashar AL Assad] assumiu o cargo até a ocupação liderada pelos EUA do vizinho Iraque (2000-2003); (2) a primeira fase de pressão externa sustentada, quando os EUA ameaçaram mudança de regime a partir do exterior (2003-2005); (3) o segundo período de pressão sustentada em que a Síria foi forçada a retirar sua presença militar no vizinho Líbano em 2005; (4) a curta etapa de desafio direto do eixo da resistência durante a guerra de fronteira, entre Israel e Hezbollah no Líbano em 2006; (5) a mudança do regime sírio em termos de liberalização econômica durante o 10º Plano Quinquenal sírio (2005-2010); (6) o período entre o início da chamada "Primavera Árabe" e a ascensão de protestos públicos na Síria (2010-Março de 2011); e (7) a rápida deterioração da situação política interna da Síria a partir de março de 2011, com o início do levante sírio e as consequentes esforços de regime em curso para reagir com uma combinação de reformas políticas e repressão.(tradução nossa)

manifestações de apoio ao presidente, organizadas nas ruas. As fronteiras abertas viriam a se repetir em 2006, nos ataques Israelenses ao Líbano, e tal gesto pode ser compreendido não apenas como um humanitarismo, como também uma expressão de um dever pan-árabe que a Síria propaga em sua política.

Em 2005 houve grande pressão pela retirada das tropas sírias do Líbano. Estas tropas sírias estiveram estacionadas no país desde 1976, quando eclodiu a Guerra Civil Libanesa, e a intervenção síria era desejável tanto internamente no Líbano quanto no contexto internacional. Após a morte do primeiro-ministro libanês Rafik Hariri em fevereiro de 2005, ligado aos sauditas e às monarquias do golfo, a Síria foi acusada de estar por trás do episódio, mesmo sem provas e negando o fato. A ONU promulga resolução que exige imediata retirada das tropas sírias do Líbano, que é cumprida no mesmo ano. O historiador Moniz Bandeira levanta dúvidas sobre a responsabilidade da Síria no caso, e aponta outros suspeitos, e as consequências:

Após o assassinio do ex-primeiro-ministro Rafik Hariri (1992-1998 e 2000-2004), em fevereiro de 2005, efetuado mediante a explosão de uma bomba e atribuído a agentes do serviço secreto da Síria pelo Ocidente, mas também ao Mossad, [serviço secreto] de Israel, uma serie de sucessivas manifestações populares [...] se sucederam em Beirute e em outras cidades do Líbano como Revolução des Cedros, equiparando-se às revoluções coloridas que aconteceram na Georgia (revolução rosa) e na Ucrânia (revolução laranja). E o presidente George W. Bush, em suas memórias, assinalou que “a revolução dos cedros marcou um dos sucessos mais importantes da *Freedom Agenda*”. Ocorrera no país de múltiplas religiões, com maioria islâmica, “com forte pressão diplomática e sem envolvimento militar americano” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 100, traduções livres)

Na terceira fase, entre 2005 e 2010, a economia síria atravessou um processo de intensa liberalização. As perspectivas apontadas pelo FMI e pelo Banco Mundial apontam para o fato de que os recursos que garantiram a existência da Síria como um “Estado rentista”²³ já não seriam capazes de sustentar a economia. A pressão dos liberais, ou “internacionalistas”, intensificou-se na disputa com o setor público, agora chamado de “estadista-nacionalistas”. A classe estadista síria foi o suporte que garantiu a existência do Estado Sírio através das receitas do petróleo e das receitas estratégicas vindas da URSS e das monarquias do Golfo, com crescimento suficiente para garantir sua soberania, desde a era de Hafez al-Assad.

²³ O conceito gira em torno de uma renda que é independente do trabalho e que representa, na totalidade ou uma parte, as receitas do Estado. Para a maioria dos países essa renda vem da extração de petróleo e/ou gás, e estes são os casos tratados neste estudo (MAHDAVY, 1970).

Com os períodos de baixa das receitas do petróleo, e não podendo contar com as demais receitas, por conta de conflitos geopolíticos, Bashar busca um modelo de “capitalismo de Estado” semelhante ao chinês, onde a liberalização da economia é permitida e tratada como algo independente dos setores públicos. Porém, questões internas e externas, no que concerne ao porte e infraestrutura da economia Síria, não favoreceram a expansão liberal, perante os vizinhos da União Européia e especificamente da Turquia.

Os Acordos de Parceria da União Européia²⁴ permitiram o acesso da Turquia ao mercado sírio como um todo, e aos mecanismos de compras governamentais, mas excluíram quaisquer subsídios a empresas do setor público. O estreitamento de relações entre ambas acabou por prejudicar o mercado de têxteis sírios. O Iraque no início da década de 2000 realizava pagamentos em petróleo para a Síria como estratégia contra o embargo econômico dos EUA, o que já não ocorria no final da década. As receitas do petróleo, que representavam cerca de 58% do total no início da década, passaram a 27% em 2010.

Se por um lado a Síria enfrentava limites no crescimento do setor liberal do país, por questões estruturais que tornavam o mercado interno pouco apto à competição, por outro, o governo, com a receita rentista em crise, acabou assumindo um papel de promoção de relacionamentos comerciais, utilizando-se de investidores provenientes de relacionamentos pessoais – o que municiou os detratores do regime com os argumentos de corrupção e de favorecimento ilícito. Porém, as sanções comandadas pelos EUA após a morte do primeiro-ministro libanês Rafik Hariri também dificultaram estes relacionamentos clientelistas do governo sírio. (DOSTAL, 2014, p. 40-42)

Ainda no final da década, Bashar al-Assad procurou estabelecer relações mais próximas com o Ocidente, como as viagens para França, Grã-Bretanha, EUA e Brasil, dentre outros, entre 2008 e 2009. No início de 2010, Bashar recebeu o atual secretário de Estado John Kerry, com quem manteve conversações sobre os EUA voltarem a ser representados na Síria por um embaixador²⁵, e Robert Ford foi colocado no cargo em 2011²⁶. As conversações voltaram a um tom mais frio em meados de 2010, porque Israel denunciou que a Síria teria entregado armas ao *Hezbollah*, o que o governo do país

²⁴Em inglês, *Association Agreements of the European Neighborhood Policy*, também conhecidos pela sigla *ENP*.

²⁵“*Kerry tries to nudge Syria to reengage with the U.S.*”. **The NY Times**, por Michael Slackman 1 abr.2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/04/02/world/middleeast/02syria.html>>. Acesso em 28 Out.2019.

²⁶“*A new ambassador to Syria, but little hope of change*”. **The NY Times**, por Robert Worth, 30 Dez.2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/12/31/world/middleeast/31ambassador.html>>. Acesso em 28 Out.2019.

negou²⁷. Apesar de não haver provas sobre a acusação de Israel, as sanções contra a Síria, vigentes desde 2004, assinadas por George W. Bush²⁸ e anteriores ao assassinato do Primeiro-Ministro libanês Rafik Hariri, foram renovadas naquele ano²⁹.

A crise econômica afeta de modo mais agressivo as parcelas mais pobres da população síria. Os empregos públicos só absorvem cerca de 20% dos trabalhadores em idade adulta, limitando o ingresso àqueles com diploma universitário ou técnico. Aos agricultores – que enfrentaram dura seca nos últimos anos da década - é assegurado um subsídio nos insumos e a população em geral tem acesso a itens da cesta básica, também subsidiados. Mesmo com o acréscimo de receitas vindas do pagamento em petróleo do Iraque, os subsídios agrícolas e dos descontos nos alimentos ao consumidor sofrem reduções, gerando questionamentos na população, o que acaba levando à troca do ministro da economia.

While liberal government reformers under the managerial leadership of former deputy prime minister for economic affairs Abdullah al-Dardari tried to spread the message that flat rate general subsidies were too expensive to be maintained, arguing that targeted welfare and a social safety net should replace the existing system, **the actual development on the ground was to enforce cuts without previous introduction of adequate side payments**. However one interprets these developments, one must appreciate that policy still remained within the framework of the rentier state: in particular, the liberal reformers were politically controlled and quietly left the stage when the domestic political order started to break down in 2011. Entering crisis mode, the regime immediately appointed prominent representatives of the ‘corrective wing’ such as Qadri Jamil, a former Communist and current leader of a minor leftist opposition party in the Syrian parliament, to take over the position formerly held by al-Dardari. In short, the political initiative was recaptured by the ‘nationalist-statist’ wing of the regime in its fight for survival [...]. (DOSTAL, 2014, p. 45-46, grifos nossos)³⁰

²⁷ “Israel says Syria gave missiles to Hezbollah”. **The NY Times**, por Ethan Bronner, 14 abr.2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/04/15/world/middleeast/15israel.html>>. Acesso em 28Out.2019.

²⁸ “O cerco à Síria”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, por Paul-Marie de La Gorce, em 1 jul.2004. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1106&tipo=acervo>>. Acesso em 28Out.2019.

²⁹ "Obama renews Syria sanctions". **The NY Times**, 3 mai.2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/05/04/world/middleeast/04syria.html>>. Acesso em 28Out.2019.

³⁰ “Enquanto reformistas do governo liberal, sob a liderança de gestão do ex-vice-primeiro ministro para os assuntos econômicos, Abdullah al-Dardari, tentou espalhar a mensagem de que os subsídios gerais e pensões eram demasiado caros para serem mantidos, argumentando que uma rede de bem estar e segurança social deveria substituir o sistema existente, **o que estava sendo feito na verdade era a imposição de cortes sem a realização de pagamentos compensatórios adequados**. Não importando como se interprete estes acontecimentos, deve-se reconhecer que a política ainda permanecia no âmbito do Estado rentista: em particular, os reformistas liberais foram politicamente controlados e calmamente deixaram o palco quando a ordem política interna começou a quebrar em 2011. Entrando no modo de crise, o regime imediatamente nomeou representantes proeminentes da 'ala corretiva' tal como Qadri Jamil, um ex-comunista e atual líder de um partido da oposição de esquerda menor no parlamento sírio, para assumir o cargo anteriormente ocupado por al-Dardari. Em suma, a iniciativa política foi recapturada

Em resumo, a primeira década de Bashar AL-Assad no comando da Síria foi um período em que a ascensão liberal, controlada pelo governo e a manutenção do Estado rentista e de sua classe social, trouxe crescimento para o país, mas o modelo apresenta limites severos, com impacto na população. Somado a isso, a política exterior ocidental, comandada pelos Estados Unidos, que promoveu a guerra do Iraque, começa a perseguir o Eixo de Resistência, visando possivelmente enfraquecer o Irã. Além disso, as relações com os vizinhos do golfo, que antes eram contabilizadas como possíveis entradas de “receitas estratégicas”, não estão mais disponíveis como antes, à medida que há conflito geopolítico da Síria e seu aliado Irã, especialmente com os Sauditas.

3.2. Atores envolvidos

3.2.1. Rússia

De acordo com o documento *Responsibility to protect... itself? Russia's strategy towards the crisis in Syria* (Responsabilidade de proteger... a si mesmo? A estratégia da Rússia para a crise na Síria) do *The Finnish Institute of International Affairs* sobre a posição russa no conflito sírio, “Apesar das tentativas de se declarar como uma força neutra, a Rússia de fato apóia o regime do presidente sírio Bashar AL-Assad nos termos políticos e militares”. (MENKISZAK, 2013, tradução nossa)³¹. Em questões políticas, tal apoio acontece em decisões internacionais adversas, como através do Conselho de Segurança da ONU. Dentre os motivos da postura russa, estaria a rivalidade entre o país e os Estados Unidos, “ecoando os padrões da Guerra Fria” (ASSEBURG; WIMMEN, 2012, p.3, tradução nossa)³². A Rússia pretende limitar a influência americana no Oriente e, para isso, apóia lado oposto ao de Obama no conflito.

As razões, entretanto, também são econômicas. A Síria sempre foi uma importante cliente da indústria militar russa e a família Assad tem sido um fiel aliado na Rússia, o que “tem origem em uma cooperação duradoura entre os dois Estados, existente desde a Guerra Fria” (MARTINI; YORK; YOUNG, 2013, p.2, tradução nossa)³³.

pela ala 'nacional-estatista' do regime em sua luta pela sobrevivência [...]” (DOSTAL, 2014, p. 45-46, grifos e tradução nossa)

³¹ Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/164891/bp131.pdf>. Acesso em: 06. Nov. 2019.

³² Artigo publicado pelo *German Institute for International and Security Affairs*. Disponível em: http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43_ass_wmm.pdf. Acesso em 06. Nov. 2019.

³³ “A relação de Moscou com Damasco tem origem em uma cooperação duradoura entre os dois Estados, existente desde a Guerra Fria, pela Síria ter proporcionado à Rússia seu único porto no Mediterrâneo (Tartus)”. Disponível em:

Além disso, se o regime cair, há a possibilidade de o governo ser assumido pela Irmandade Muçulmana, sunita e menos confiável para os russos, ou ser influenciado por movimentos como o Salafismo ou o Wahabismo, ambos não menos radicais. E como afirma o documento *Why Tehran won't abandon Assad(ism)* [Por que Teerã não vai abandonar o Assad(ismo)] do *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* “Ambos (Rússia e Irã) estão preocupados com o crescimento do Salafismo e Wahabismo (movimentos reformistas islâmicos) na Síria” (MILANI, 2013, p. 82, tradução nossa)¹⁰. Afinal, é sabido que a Rússia tem um histórico de problemas com minorias muçulmanas.

3.2.2. Coalizão internacional: Estados Unidos e Inglaterra

Os interesses americanos no conflito sírio estão relacionados ao jogo de influências na região. Junto com a Arábia Saudita, o governo americano tenta impedir o crescimento do poder iraniano e russo no país e no Oriente Médio como um todo. Além disso, visa posicionar-se estrategicamente na região.

Ambos, a Arábia Saudita e os EUA têm um grande interesse em afastar a Síria do Irã; ambos vêem o conflito através das lentes da questão mais ampla de equilíbrio do poder regional e procuram privar o Irã do aliado, através do qual Teerã projeta influência no Levante (MARTINI; YORK; YOUNG, 2013, p. 2, tradução nossa)³⁴.

Assim, desde o início da guerra, enquanto Rússia e Irã apóiam o regime vigente, os EUA e Inglaterra se posicionaram ao lado dos rebeldes que pedem a saída de Assad do poder, fornecendo a eles armas e suprimentos.

Com a ascensão do Estado Islâmico e sua crescente influência em territórios sírios e iraquianos, porém, a estratégia americana está se transformando. A questão da derrubada de Assad está, pouco a pouco, sendo colocada de lado e os esforços agora se concentram em combater o grupo terrorista. Para tal, “os EUA parou de pedir pela derrubada de Assad e, na verdade, está trabalhando com Assad para combater o grupo” (ALRIFAI; ZELIN, 2015, tradução nossa)³⁵, contrariando sua postura no início do conflito. Algumas das táticas de combate envolvem armar e treinar grupos moderados,

http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR213/RAND_RR213.pdf. Acesso em: 06 Nov. 2019.

³⁴ Ver nota 33.

³⁵ Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/assad-plays-america-the-fool...again>. Acesso em 06 Out. 2019

que antes lutariam contra Assad, para agora combater os jihadistas³⁶. No entanto, ao mesmo tempo em que Obama pede ao mundo uma “Guerra contra o terror”, a Inglaterra e toda a Europa tem posições mais cautelosas, visto que o islamismo é uma parte substancial de sua própria sociedade.

Enquanto os EUA está protegido pelo oceano, um ataque ao grupo pode ser rapidamente respondido com um ato terrorista no território europeu “Para os países europeus, o risco é que seus próprios cidadãos muçulmanos possam ser recrutados e treinados pelo Estado Islâmico e, depois, retornem para casa levando atos terroristas” (2015, p. 98, tradução nossa)³⁷.

3.2.3. Irã

À primeira vista, o regime secular da Síria e a teocracia iraniana têm pouco em comum. Mas foi justamente a ajuda de Teerã que evitou a queda de Assad, ao menos até a intervenção direta da Rússia, no final de 2015. Até lá, o Irã era o principal aliado militar de Assad. Os iranianos forneciam dinheiro, armas, informações de inteligência e enviavam conselheiros militares, como também tropas para a Síria – formadas por membros da Guarda Revolucionária, por milícias *xiitas* ou também pelo grupo libanês *Hezbollah*, que é fortemente apoiado pelo Irã.

O viés religioso da guerra civil, por meio dos jihadistas sunitas, oferece ao Irã a possibilidade de se apresentar como a potência protetora dos *xiitas*, em oposição à potência regional *sunita*, a Arábia Saudita. Além disso, a aliança bélica do Irã com Assad se baseia em três objetivos comuns: o desejo de conter a influência americana no Oriente Médio, o enfraquecimento de Israel e, no passado, impedir a ânsia por poder do Iraque comandado por Saddam Hussein.

Atualmente, Teerã e Damasco compartilham também a oposição à Arábia Saudita e aos países sunitas do Golfo Pérsico. Em termos de estratégia regional, a Síria é importante para o Irã como uma ponte para o Líbano, onde o *Hezbollah* tem sua área central de atuação.

³⁶ Ver mais sobre a política de Washington em relação ao Estado Islâmico no artigo “Conflito armado na Síria: visão geral e responsabilidade americana”. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33487.pdf>. Acesso em: 06. Nov. 2019

³⁷ Ver mais sobre a questão no artigo “Estado Islâmico sob as lentes regionais”. Disponível em: [http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR122_IS_REPORT_Combined_140115\(new\).pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR122_IS_REPORT_Combined_140115(new).pdf). Acesso em: 06. Nov. 2019.

3.2.4. Arábia Saudita

Desde a guerra do Iraque, em 2003, a Arábia Saudita, sunita, vem se preocupando com a crescente influência do Irã, *xiita*, na região, com quem compete pelo papel de principal potência regional. A proximidade entre Damasco e Teerã também é vista com desconfiança por Riad.

A Arábia Saudita vem apoiando fortemente a oposição síria desde o início da Primavera Árabe, em 2011. O objetivo: derrubar Assad e instalar um regime mais amigável aos sauditas. Para tal, grupos *jiihadistas* também foram generosamente abastecidos com dinheiro e armas. Tanto para a Arábia Saudita quanto para o Irã, a Síria se tornou um palco sangrento para a expressão dessa rivalidade.

3.2.5. Turquia

A Turquia em geral e o seu presidente, Recep Tayyip Erdogan, em particular mantiveram excelentes relações com o regime Assad até meados da década de 2000. Com a eclosão da guerra civil síria, o oposto se tornou verdade: a Turquia passou a apostar na queda de Assad, apoiando a oposição síria. Por território turco passam combatentes e armas – destinados muitas vezes a grupos jihadistas, incluindo o "Estado Islâmico".

Atualmente, Ancara aparenta ter sobretudo um objetivo: impedir o estabelecimento de áreas curdas autônomas ou até mesmo independentes ao longo da fronteira turca – mesmo que, para tal, entre em conflito com os Estados Unidos, aliados dos turcos na OTAN e principais apoiadores da milícia curda YPG.

Além disso, Erdogan quer desempenhar um papel importante na modelação da Síria pós-guerra. As expedições militares através da fronteira também servem para reivindicar esse papel. Em alusão ao Império Otomano, essa exibição de poder também deve ajudar Ancara no seu objetivo de se tornar uma potência influente no Oriente Médio.

3.2.6. Israel

A maior preocupação de Israel na guerra civil síria é a presença contínua da Guarda Revolucionária iraniana e de combatentes leais a Teerã na Síria. Acima de tudo, Israel teme que a milícia libanesa *Hezbollah* se estabeleça nas Colinas de Golã, na fronteira sírio-israelense, e bombardeie o país a partir daí.

Por esta razão, desde o início do conflito sírio em 2011, a Força Aérea israelense lançou cerca de uma centena de ataques a comboios de armas para o *Hezbollah*, fábricas de armamentos e posições iranianas.

3.2.7. Rebeldes

No início do conflito, os rebeldes se uniram sob a bandeira do Exército Sírio Livre (ESL), deixando progressivamente espaço a uma miríade de facções. Após seguidas derrotas, não têm mais grande peso.

A oposição armada, que acaba de perder seu último reduto nas proximidades de Damasco, Ghuta Oriental, controla apenas 12% do país atualmente, segundo Balanche. Este número reúne os territórios dominados pelo grupo Hayat Tahrir AL-Sham, organização jihadista controlada pelo ex-braço sírio da Al-Qaeda implantada na província de Idlib. Menos de 15% da população vive nestes territórios.

3.2.8. Curdos

Reprimidos por décadas, os curdos aproveitaram a retirada do exército sírio de suas regiões para estabelecer uma administração local no norte do país. Em 2016, estabeleceram uma região "federal" nos territórios sob seu controle e organizaram suas primeiras eleições em setembro.

As YPG (Unidades de Proteção do Povo Curdo), sua principal milícia armada, formam o núcleo das Forças Democráticas Sírias (FDS) - também compostas por combatentes árabes - apoiadas pela coalizão internacional anti-jihadista liderada por Washington. Eles controlam 28% do território, onde vivem quase 15% da população. Desde janeiro, a milícia enfrenta uma ofensiva da Turquia, que já reconquistou o território de Afrin, ao noroeste, e que ameaça prosseguir com seu avanço para outros territórios do leste.

3.2.9. Jihadistas

As duas principais forças jihadistas rivais são o grupo Estado Islâmico (EI) e o grupo Hayat Tahrir AL Sham.

O EI conquistou vastas áreas do território sírio desde a sua intervenção em 2013 no conflito e proclamou em 2014 um "califado" sobre os vastos territórios conquistados na Síria e no vizinho Iraque, hoje desmoronado.

Submetido a uma campanha de ataques aéreos da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos e a ofensivas em várias frentes - do regime e de uma aliança curdo-árabe -, o EI agora controla apenas 5% do território sírio, contra 33% em seu melhor momento.

Hayat Tahrir AL-Sham continua controlando a maior parte da província de Idlib, atualmente cenário de lutas entre rebeldes e jihadistas.

3.3. A construção do conflito pela mídia hegemônica

Os fatos relatados acima demonstram, dentre outras coisas, a coordenação das manifestações sírias, estão presentes na narrativa do jornal *The New York Times*. De acordo com o veículo, as manifestações na Síria passaram, de pacíficas e espontâneas, a armadas e militarmente coordenadas - em um período de aproximadamente seis meses.

As primeiras manifestações foram retratadas, em fevereiro de 2011, como fracassos, em meio a alegações de que as primaveras não influenciariam a sociedade síria³⁸. Em 18 de março do mesmo ano, o jornal reporta as maiores manifestações desde o início das primaveras árabes, em Daraa, Homs, Baniyas e Damasco, às quais o governo teria reprimido com violência³⁹. Embora tenham sido retratadas como manifestações espontâneas que, por conta da intensa repressão, teriam se organizado, uma nota do *New York Times* de 11 de março, tendo como fonte a agência Reuters, sinalizou o que viria meses depois. Nela, o governo sírio informava que “suas forças de segurança apreenderam um grande carregamento de armas, explosivos e óculos de visão noturna em um caminhão vindo do Iraque” cujo objetivo, caso fossem utilizadas, seriam de “afetar a segurança interna síria e espalhar pânico e caos”⁴⁰.

Outra matéria que demonstra uma impressionante capacidade de organização, contradizendo novamente a sua alegada espontaneidade, data de 23 de abril de 2011, pouco mais de um mês das primeiras grandes manifestações sírias. Anthony Shadid, correspondente de Beirute, escreveu:

³⁸ “*Day of Rage’ for Syrians Fails to Draw Protesters*”. **The NY Times**, em 4 fev.2011. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/02/05/world/middleeast/05syria.html>>. Acesso em 28.Out.2019.

³⁹ “*In Syria, Crackdown After Protests*”. **The NY Times**, em 18 mar.2011. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/03/19/world/middleeast/19syria.html>>. Acesso em 28.Out.2019

⁴⁰ “*Syria: Weapons Intercepted*”. **The NY Times**, por Reuters, em 11 mar.2011. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/03/12/world/middleeast/12briefs-Syria.html>>. Acesso em 28.Out.2019

Ao contrário das revoltas no Egito, Tunísia e até mesmo na Líbia, que foram televisionadas para o mundo, a revolta da Síria distingue-se pelo poder de uma vanguarda de estilo próprio, no exterior, para transportar as imagens e notícias ao mesmo tempo anárquicas e esclarecedoras, ainda que incompletas. **Há semanas, o pequeno número de ativistas, abrangendo o Oriente Médio, Europa e Estados Unidos, têm se coordenado em quase todos os fusos horários, tendo sido capaz de contrabandear centenas de telefones celulares e via satélite, modems, laptops e câmeras para a Síria.** Lá, seus compatriotas iludem a vigilância [governamental] transmitindo softwares por e-mail e fazendo upload de vídeos em conexões discadas. (grifo e tradução nossa)⁴¹

A matéria comenta ainda que somente um ativista de Maryland - EUA, contando com o apoio de comerciantes, foi capaz de enviar 100 telefones cujo funcionamento se dá por meio de conexão via satélite, além de “centenas de câmeras e laptops” (tradução nossa). Por todo o texto, Shadid enaltece o caráter ativista, espontâneo, gerado pela indignação, com interesses voltados apenas à liberdade, bem como a importância da internet e dos meios de comunicação no processo sírio. Chama também a atenção a relativa banalização, nesta e em outras matérias, do uso de telefones via satélite que, em matéria da revista *Forbes* de 2013 foram avaliados entre US\$ 600 e US\$ 1700 dólares cada, e o custo da ligação em torno de US\$ 6 o minuto⁴², valor alto para ser pago por um sírio, uma vez que o salário médio em 2011 girava em torno de US\$ 300⁴³. Pouca ou nenhuma atenção se deu ao financiamento destas operações. Contudo, na narrativa do *The New York Times*, a organização da revolta seria exibida aos poucos, como detalhes das notícias dos meses seguintes.

Em um artigo de 26 de março de 2011, a situação na Síria é descrita como um conflito (clashes) ou como o caos (chaos) sem que ainda se configure verbalmente uma guerra, como vemos no excerto abaixo:

Even as the Obama administration defends the NATO-led air war in Libya, the latest violent clashes in Syria and Jordan are raising new alarm among senior officials who view those countries, in the heartland of the Arab world, as far more vital to American interests. (...) Deepening chaos in Syria, in particular,

⁴¹ “*Exiles Shaping World’s Image of Syria*”. **The NY Times**, por Anthony Shadid, em 23 abr.2016. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/04/24/world/middleeast/24beirut.html>>. Acesso em 28.Out.2019

⁴² “*How and when to buy a satellite phone*”. **Forbes**, por Marc W. Tobias, em 18 mar.2013. Disponível em <<http://www.forbes.com/sites/marcwebertobias/2013/03/18/how-and-when-to-buy-a-satellite-phone/#3c195b4372b8>>. Acesso em 29.Out.2019

⁴³ “*Things are getting harder in Syria. But this is not Egypt*”. **The Guardian**, por Lauren Williams, em 14.Fev,2011. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2011/feb/14/syria-young-peopleunemployment>>. Acesso em 29.Out.2019

could dash any remaining hopes for a Middle East peace agreement, several analysts said⁴⁴.

A primeira ocorrência da palavra guerra (*war*), diretamente ligada ao conflito na Síria, aparece em 12 de fevereiro de 2012, no segmento “*It is increasingly clear that Syria’s sectarian war is becoming the regional conflict that analysts have long feared.*”, de um artigo⁴⁵ que classifica a guerra como regional e sectária dentro da própria Síria e em suas relações com outros países e grupos do mundo Árabe. A guerra parece ser reduzida a um conflito interno, preocupante para o resto do mundo, mas sem correlações maiores com o Ocidente.

A segunda ocorrência aparece primeiramente como o relato das palavras e, em seguida, como a citação de um pronunciamento da então secretária de defesa norte-americana, Hillary Clinton. Em seu pronunciamento, ela ataca a Rússia por sua demora de agir na violência no país contra o presidente Bashar AL-Assad e por impedir que as Nações Unidas consigam aplicar sanções mais fortes. A secretária inclusive acusa a Rússia de continuar suprindo armas para o governo de Bashar. Em dois momentos, o texto define a guerra como uma “guerra civil” (*Civil War*).

Secretary of State Hillary Rodham Clinton signaled the Obama administration’s mounting frustration with Russia over the unending violence in Syria on Thursday, saying that Russia’s refusal to take decisive action against President Bashar al-Assad threatened to precipitate **the very civil war** that Russian diplomats have said they wanted to avoid. (...) “The Russians keep telling us they want to do everything they can to avoid a **civil war**, because they believe that the violence would be catastrophic,” she said.(grifo nosso)⁴⁶

No mesmo artigo, ainda há uma citação do secretário geral das Nações Unidas também classificando os conflitos como guerra civil:

44 “*Unrest in Syria and Jordan Poses New Test for U.S. Policy*”. **The NY Times**, por Mark Landler, em 26.Mar.2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/03/27/world/middleeast/27diplomacy.html?searchResultPosition=1> Acesso em : 29. Out. 2019.

45 “*Arab League Steps Up Pressure on Syria and Calls for U.N. Help*”. **The NY Times**, por Liam Stack and Neil MacFarquhar, em 12.Fev.2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/02/13/world/middleeast/arab-league-requests-un-peacekeepers-for-syria.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 29. Out.2019.

46 A secretária de Estado Hillary Rodham Clinton sinalizou a crescente frustração do governo Obama com a Rússia pela violência interminável na Síria na quinta-feira, dizendo que a recusa da Rússia de tomar uma ação decisiva contra o presidente Bashar al-Assad ameaçou precipitar a guerra civil que diplomatas russos disseram que queria evitar. (...) “Os russos continuam nos dizendo que querem fazer tudo o que podem para evitar uma guerra civil, porque acreditam que a violência seria catastrófica”, disse ela. (Ver nota 38)

Speaking in Istanbul on Thursday, Ban Ki-moon, the secretary general of the United Nations, said that the killings in Houla “could plunge Syria into catastrophic **civil war** — a civil war from which the country would never recover.”⁴⁷(grifo nosso)

Enquanto um conflito armado entre governo e rebeldes acontece nas ruas das cidades sírias, outro parece acontecer dentro das Nações Unidas entre os estados aliados, representados pelos Estados Unidos, e aqueles representados por russos e chineses que ainda apóiam o governo de Bashar.

A primeira vez que a palavra “civil” deixa de ser mencionada é em 29 de julho de 2012, numa manchete do jornal: “*As Syrian War Drags On, Jihadists Take Bigger Role*” (grifo nosso). A partir dessa data, e em nosso corpus, rara é a aparição da palavra “civil” no período inicial da guerra da Síria, embora a Cruz Vermelha tenha declarado, em julho de 2012, a guerra como “Guerra Civil”, ou mais precisamente, “conflito armado não internacional”.

Um fato que nos desperta atenção é que a exclusão dessa palavra coincide com a retirada, do País, dos observadores das Nações Unidas, como relata o texto⁴⁸ do dia 16 de agosto de 2012: apenas um pequeno número de oficiais ficou lá na esperança de uma solução pacífica.

The United Nations Security Council decided on Thursday to terminate the United Nations observer mission in Syria, where the increasingly violent rebellion against President Bashar al-Assad’s government has left diplomatic peacemaking efforts paralyzed. But the Security Council agreed to keep a much smaller United Nations office in the country, holding out hope that a political solution was still possible.

Still, the Security Council’s decision runs the risk of further marginalizing the role of the United Nations in the Syrian war, leaving it vulnerable to the same criticism of inaction that it has faced in other major armed conflicts where civilians have suffered massacres and other brutalities.⁴⁹

⁴⁷ Falando em Istambul na quinta-feira, Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas, disse que os assassinatos em Houla “podem mergulhar a Síria em uma guerra civil catastrófica - uma guerra civil da qual o país nunca se recuperaria. (Ver nota 38).

⁴⁸ “*As Diplomatic Efforts Stall in Syria, U.N. Says It Will End Its Observer Mission*”. **The NY Times**, por Rick Gladstone, 16 Ago.2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/08/17/world/middleeast/united-nations-observer-mission-in-syria-to-end.html>. Acesso em 28.Out.2019

⁴⁹ O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu na quinta-feira encerrar a missão de observação das Nações Unidas na Síria, onde a rebelião cada vez mais violenta contra o governo do presidente Bashar al-Assad deixou paralisados os esforços diplomáticos de manutenção da paz. Mas o Conselho de Segurança concordou em manter um escritório muito menor das Nações Unidas no país, mantendo a esperança de que uma solução política ainda fosse possível.

Ainda assim, a decisão do Conselho de Segurança corre o risco de marginalizar ainda mais o papel das Nações Unidas na guerra síria, deixando-o vulnerável às mesmas críticas de inação que enfrentou em outros grandes conflitos armados em que civis sofreram massacres e outras brutalidades. (Ver nota 41)

Uma guerra civil tem como característica sua endogenia, ou seja, um conflito vindo do interior e, nesse caso, o papel da ONU poderia ser de mediador do conflito. Quando a guerra não é classificada de civil, ela ganha um caráter exógeno, ou seja, externo ao território. A retirada dos observadores das Nações Unidas pode indicar que o conflito ganha caráter exógeno, e a Síria sairia então de uma guerra interna, ficando a porta de entrada da intervenção global aberta. Com o afastamento das Nações Unidas, o País ficaria vulnerável, e a organização perderia conseqüentemente seu papel de proteção da população civil. O texto inclusive constrói uma crítica a essa ação chamando-a de inação, o que levou anteriormente a vários massacres de civis. Desta forma, o discurso constrói a legitimação da participação dos organismos internacionais para deter a morte de inocentes.

Para compararmos o primeiro momento – em que a palavra guerra aparece junto ao adjetivo civil – com o segundo momento, em que a palavra guerra perde a denominação “Civil” e se transforma em apenas guerra, observamos a matéria publicada em 20 de agosto de 2012 que reporta à primeira ameaça direta de intervenção, feita pelo presidente Barack Obama:

President Obama warned Syria on Monday that it would face **American military intervention** if there were signs that its arsenal of unconventional weapons was being moved or prepared for use. It was Mr. Obama’s first direct threat of force against Syria, as he has resisted being drawn into the bloody 18-month rebellion.⁵⁰(grifos nossos)

Em primeiro lugar, vale à pena destacar a expressão “*American military intervention*”. Os Estados Unidos têm histórico bastante longo de ações militares em países estrangeiros, ocupando o primeiro lugar em número de intervenções. Desde antes da primeira guerra mundial, em 1898, as intervenções militares americanas separaram as Filipinas, Cuba e Porto Rico da Espanha. Em todos esses casos, os motivos declarados, desde as primeiras intervenções, são exatamente os mesmos: defender os direitos das populações de civis, sempre em nome da liberdade e da democracia, conceitos fundamentalmente americanos e difundidos por todo o mundo. Na verdade, há a defesa de um princípio ideológico muito arraigado na sociedade americana, conforme se constata com precisão na fala do Presidente Barack Obama: “*We cannot have a*

⁵⁰ “*Obama Threatens Force Against Syria*”. **The NY Times**, por Mark Landler, 20 Ago.2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/08/21/world/middleeast/obama-threatens-force-against-syria.html>. Acesso em 28.Out.2019

situation in which chemical or biological weapons are falling into the hands of the wrong people.”

Com isso podemos responder à questão anteriormente feita sobre a abertura que se dá com a saída das Nações Unidas da Síria. Discursivamente, podemos afirmar que a guerra, ao deixar de ser um conflito civil, ganha status de Guerra: a individualidade ideológica nacional americana ganha força e traz à superfície o histórico de intervenções internacionais o qual aciona seus princípios ideológicos de liberdade e democracia.

Em 2013 o conflito Sírio, agora já propagado como Guerra, ganha um novo destaque na mídia ocidental. Em 19 de março, um ataque com gás sarin mata 26 pessoas, sendo ao menos a metade deles soldados do governo, na cidade de Khan AL-Assal. O uso, a produção e o armazenamento foram proibidos desde a convenção de 1993, porém a Síria não é uma das signatárias. Uma matéria do caderno *Middle East* do mesmo dia reitera a necessidade da intervenção americana, apresentando uma nova ameaça do presidente Barack Obama, que culpa o governo de Bashar pelo ataque contra a população:

President Obama has said that a chemical attack by President Bashar al-Assad’s government would cross a “red line” that could prompt **military intervention by the United States**. Use or seizure of chemical weapons by rebel forces would embarrass the United States, particularly now, as President Obama has declared he will not oppose allied efforts to provide them with military aid.

Use or seizure of chemical weapons by rebel forces would embarrass the United States, particularly now, as **President Obama has declared he will not oppose allied efforts to provide them with military aid.** (grifos nossos)⁵¹

Em agosto, outro ataque com gás mata centenas em Ghouta Oriental, um subúrbio de Damasco controlado pelos rebeldes⁵². Investigadores da ONU chegam à Síria para averiguar o uso de armas químicas, em meio a denúncias de médicos e

⁵¹ "Syria and Activists Trade Charges on Chemical Weapons". **The NY Times**, por Anne Barnard, 19 Mar.2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/03/20/world/middleeast/syria-developments.html>. Acesso em 28.Out.2019

⁵² "Syria Rebels report Chemical Attack". **The NY Times**, 21 Mar.2013. Disponível em: <https://json8.nytimes.com/slideshow/2013/08/21/world/middleeast/syrian-rebels-report-chemical-attack.html>. Acesso em 28.Out.2019

ativistas. EUA afirmam que 1.429 pessoas morreram num ataque, e Obama pede ao Congresso autorização para ação militar⁵³.

E é nesse momento que nossa pesquisa encontrou algo que, para nós, deixou claro a defesa da necessidade da intervenção militar americana, feita pelo Jornal *The New York Times*, no conflito Sírio. Em 2010, um leitor do caderno *Opinion* encontrava ao menos um artigo que mencionasse "Syria" a cada três dias; porém somente no mês de agosto de 2013, no caderno *Opinion*, foram publicados 250 artigos⁵⁴ que mencionaram a palavra "Syria", dando uma média diária de 8 artigos abordando algo sobre o conflito. Porém, a descoberta mais interessante, é que dos artigos mencionados anteriormente, 46 foram assinados pelo *Editorial Board* e todos eles mencionaram o termo "*military intervention*". O jornal *The New York Times*, por refletir um projeto hegemônico em plena expansão, transforma-se, em certa medida, em um agente dessa ação.

Em setembro de 2013, no dia 27, o Conselho de Segurança da ONU ameaça usar a força militar em território Sírio⁵⁵ caso não seja destruído o arsenal de armas químicas encontrado em Damasco. Três dias depois, na tentativa de evitar a Guerra ao Terror em seu território, o ministro de Relações Exteriores Sírio faz um discurso na ONU⁵⁶ contra a posição dos Estados Unidos, comparando as atrocidades realizadas por grupos terroristas durante o conflito aos atentados realizados no onze de setembro.

Ainda em outubro, foi iniciada a destruição do arsenal químico sírio declarado, e, simultaneamente surge um novo ator no conflito. O grupo islâmico sunita jihadista chamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) proclamou a criação de um "Estado" que abarca desde o norte da Síria até a porção oeste do Iraque e em 2014 declarou guerra contra os Estados Unidos caso a partir de um vídeo publicado na internet. O aumento da capacidade e das áreas sob poder do Estado Islâmico resultou no envolvimento militar dos EUA.

⁵³ "Obama Speaks on Syria". **The NY Times**, 31 Ago.2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/video/world/middleeast/10000002415685/obama-speaks-on-syria>. Acesso em: 29 Out. 2019.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.nytimes.com/search?dropmab=true&endDate=20130831&query=syria&sort=best&startDate=20130801>. Acesso em 28 Out. 2019.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/09/27/world/middleeast/security-council-agrees-on-resolution-to-rid-syria-of-chemical-arms.html>. Acesso em 28. Out. 2019.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/10/01/world/middleeast/at-un-syrian-minister-calls-conflict-a-war-on-terror>. Acesso em 28 Out. 2019.

Em um artigo de 08 de Setembro, do caderno *Politics*, o jornal afirma que “*The president invited opinion makers to a dinner, where he spoke about his plans for confronting the Islamic State in Iraq and Syria*”⁵⁷.

O primeiro discurso público de Barack Obama que tratou exclusivamente do combate ao EIIL ocorreu no dia 10 de setembro de 2014. Nele é reconhecido O EIIL como problema de segurança nacional para os Estados Unidos, um problema público que mereceria, por sua vez, políticas públicas de segurança pertinentes.

Nesse pronunciamento aos cidadãos norte-americanos, o presidente revelava o que ele, juntamente com “amigos e aliados”, faria “para desintegrar e, finalmente, destruir o grupo terrorista conhecido como EIIL” (OBAMA, 2014, p. 1, tradução nossa). O EIIL é retratado pelo presidente como uma das “grandes ameaças” originadas no Oriente Médio, o que faz com que, mesmo passados mais de treze anos desde o 11 de Setembro, “ainda continuamos a enfrentar uma ameaça terrorista” (THE WHITE HOUSE, 2014, p. 1, tradução nossa).

Na definição presidencial, o EIIL seria um antigo afiliado da Al-Qaeda no Iraque que, desgarrado da organização de Osama Bin Laden, conquistou poder e influência a partir da guerra civil na Síria e avançou territorialmente na fronteira daquele país com o Iraque. Obama nega as pretensões estatais do grupo — “EIIL certamente não é um Estado” —, conceituando-o como “uma organização terrorista, pura e simples” (THE WHITE HOUSE, 2014, p. 1, tradução nossa).

Também no dia 10 de setembro, o *The New York Times* publica uma matéria de capa ressaltando os principais pontos do discurso, como veremos a seguir:

President Obama on Wednesday authorized a major expansion of the military campaign against rampaging Sunni militants in the Middle East, **including American airstrikes in Syria** and the deployment of 475 more military advisers to Iraq. **But he sought to dispel fears that the United States was embarking on a repeat of the wars in Iraq and Afghanistan.** “**We Will hunt down terrorists who threaten our country, wherever they are**”, Mr. Obama declared in a 14-minute address. “**That means I will not**

⁵⁷ O presidente convidou os formadores de opinião para um jantar, onde ele falou sobre seus planos de enfrentar o Estado Islâmico no Iraque e na Síria.

“*Obama Hosts Foreign Policy Experts, Laying Groundwork for Speech on ISIS*”. **The NY Times**, por Mark Landler, em 08. Set. 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/09/09/us/politics/obama-hosts-foreign-policy-experts-laying-groundwork-for-speech-on-isis.html>. Acesso em 29. Out.2019.

hesitate to take action against ISIL in Syria, as well as Iraq”, he added, using an alternative name for ISIS.⁵⁸ (grifos nossos)

Com isso, em 23 de setembro de 2014, os EUA iniciam sua participação através de ataques aéreos a alvos tidos como sendo pontos de apoio do "Estado Islâmico" na Síria. Em outubro, o mediador da ONU, Staffan de Mistura, começa a negociar uma trégua ao redor de Aleppo, mas o plano fracassa meses depois.

Desde então, nossa pesquisa observou uma mudança no comportamento midiático. No ano seguinte ao início do conflito, ocorreu um aumento na quantidade de artigos publicados, bem como um sutil acréscimo no conteúdo. Em 2015 foram publicados 3524 artigos que mencionaram a palavra "Syria", dando uma média diária de 9,6 artigos abordando algo sobre o conflito. Destes, 3327 possuíam logo abaixo do título, uma imagem contendo algum dos três itens a seguir: (1) ruínas dos prédios atingidos por bombardeios, (2) imagens da população em situação de risco e (3) cenas de soldados não aliados ou rebeldes em combate.

Em 2016, a foto do menino Omran Daqneesh, sentado em uma ambulância em Aleppo, aguardando atendimento, ainda com a cabeça coberta de poeira e o rosto com marcas de sangue, estampa a capa de mais de 20 jornais da mídia hegemônica ocidental no mesmo dia.



Figura nº 1 “Montagem com as capas de 12 jornais”

Fonte: Arquivos da internet

⁵⁸ “Obama, in Speech on ISIS, Promises Sustained Effort to Rout Militants”. **The NY Times**, por Mark Landler, em 10. Set. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/09/11/world/middleeast/obama-speech-isis.html>. Acesso em 29. Out.2019.

A capa do Jornal The New York Times do dia 19 de agosto de 2016 trouxe a mesma foto com título “*An Injured Child, Symbol of Syrian Suffering*”



Figura nº 2 “Capa do Jornal The New York Times”
Fonte: Arquivos da internet

O artigo relata em detalhes o sofrimento de Omran, descrevendo que “*he sits alone, a small boy coated with gray dust and encrusted blood. His little feet barely extend beyond his seat. He stares, bewildered, shocked and, above all, weary, as if channeling the mood of Syria*”⁵⁹. “Assim como o pequeno Omran, ferido em um bombardeio em Aleppo, as crianças sírias se tornaram, devido à sua vulnerabilidade, as vítimas que mais simbolizam os horrores de uma guerra que devasta o país há mais de cinco anos”⁶⁰ (tradução nossa).

Imagens de crianças em contexto de guerra são usadas pela mídia para causar comoção e adesão a da população, criando o sentimento de necessidade de se fazer algo para acabar com esse sofrimento. “A maior parte das propagandas de ONG’s internacionais como os Médicos sem fronteiras”, por exemplo, divulga vídeos e

⁵⁹“ele está sentado sozinho, um garotinho coberto de poeira cinza e sangue incrustado. Seus pezinhos mal se estendem além do assento. Ele olha desconcertado, chocado e, acima de tudo, cansado, como se estivesse canalizando o humor da Síria.”

⁶⁰“How Omran Daqneesh, 5, Became a Symbol of Aleppo’s Suffering”. **The NY Times**, por Anne Barnard, em 18. Ago. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/08/19/world/middleeast/omran-daqneesh-syria-aleppo.html> Acesso em: 29 Out. 2019.

imagens de crianças que vivem em situação de extrema pobreza em alguns países africanos, para conseguir contribuições e voluntários. No contexto do conflito sírio, a imagem de Omran publicada na capa do Jornal, trouxe ao mundo ocidental, a necessidade da continuidade da intervenção americana no conflito para acabar com esse sofrimento.

Um fato curioso que nossa pesquisa observou foi que Ali, o irmão de 10 anos de Omran, morreu de ferimentos que sofreu durante o mesmo ataque e não recebeu nenhum em nenhuma mídia hegemônica ocidental, muito menos teve sua foto estampada nas capas como a do seu irmão. Logo, percebemos que o apelo emocional causado por esse tipo de imagem, publicada estrategicamente na capa, se tornou a estratégia da propaganda de guerra realizada pelo Jornal *The New York Times* que acompanharia o conflito sírio até o fim do mandato do Presidente Barack Obama em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa dos EUA, em seus sucessivos governos, exige submissão e cooperação total daqueles que desejam ser tratados como aliados. Qualquer governo que coloque em risco os interesses estratégicos dos EUA, por mais limitada que seja a atuação desse governante, não resta à menor dúvida que sofrerá as consequências, que poderá ser uma intervenção militar, uma ingerência nos assuntos internos, uma pressão política junto ao parlamento, apoio a setores oposicionistas visando desestabilizar o país e criar um clima de mais insegurança e incerteza.

Até o presente, os conflitos na Síria parecem estar longe de um fim. A guerra na Síria já se estendeu muito além do período delimitado nesse trabalho e adquiriu, com o passar dos anos, outros contornos, principalmente após a entrada do grupo Estado Islâmico no país em 2013, tornando-se o novo inimigo. Os Estados Unidos e seus aliados apóiam os rebeldes no combate ao grupo islâmico, enquanto a Rússia continua em seu apoio ao governo Bashar, também no combate ao Estado Islâmico.

É possível determinar que os sentidos comuns da opinião pública concedem a categoria de verdade praticamente indiscutível aos fatos que eles veem e ouvem através dos meios de comunicação social. Com base nessa premissa, a mídia estrutura seu discurso, sendo chave na disseminação e compreensão de questões relacionadas a um determinado conflito.

Consequentemente, com o propósito de gerar as condições que propiciem um quadro interpretativo favorável, os diferentes atores orientarão de maneira especial seus esforços para disseminar sua versão dos eventos e restringir e/ou rejeitar as informações provenientes de suas contrapartes. A cobertura jornalística de jornais como o *The New York Times* reflete a expansão desse projeto hegemônico americano, tornando-se, em certa medida, um agente independente do conflito, da guerra ou do inimigo, nacional ou internacional. Compreender essa estrutura discursiva e sua constituição ideológica é entender a existência de um projeto expansionista nacional que data da formação da nação e que vem se construindo e reinventando ao longo da história.

Quanto à Síria, pode-se observar que este conflito se tornou a grande guerra contra o terrorismo, após uma série de eventos que a mídia acentuou de tal maneira que mudou completamente o esboço da guerra civil que o país viveu, esquecendo

completamente o objetivo que uma vez teve de informar o espectador e não assustar e manipular isso. Assim, a Síria tornou-se o novo berço do terrorismo e, ao mesmo tempo, da desinformação da mídia, totalmente preparada como um campo de testes para que todos os meios de comunicação justifiquem as ações de seus líderes, seja por interesses religiosos, étnicos, económicos relacionados ao petróleo ou políticos pela influência da região.

Esperamos que esta pesquisa possa ajudar a compreender que tanto a mídia, como todos nós, somos constituídos por discursos que constroem verdades e saberes que, ancorados em um momento histórico, obedecem a estruturas correlatas de poder. Reconhecer essas estruturas é posicionar-se criticamente com relação ao que é produzido nos discursos.

REFERÊNCIAS

ALRIFAI, Aaron; ZELIN, Oula Abdulhamid. *Assad plays America the fool...Again*. Washington: Washington Institute, 2015. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/assad-plays-america-the-fool...again>>. Acesso em 22.Ago.2019.

ALTHUSSER, Louis Pierre. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ARCANJO, Thiago Soares. **O historiador e as novas tecnologias**: reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas - PUCRS. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2006.

BENEDETTO, R.; O'DRISCOLL, P. *Poll finds a united nation*. *USA TODAY*. 16 Sept. 2001. Disponível em: <<http://www.usatoday.com/news/nation/2001/09/16/poll.htm> >. Acesso em: 28 Out. 2019.

CAMPBELL, D. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

COMPARATO, F. K. **A civilização capitalista**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **A manipulação do público: Política e poder econômico no uso da mídia**. 1ª Ed. Futura, 2003.

DER DERIAN, J. *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed, and War*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

DOSTAL, J. M. *ANALYZING THE DOMESTIC AND INTERNATIONAL CONFLICT IN SYRIA: ARE THERE LESSONS FROM POLITICAL SCIENCE?* *Syria Studies*, 2014. Disponível em: <<https://ojs.st-andrews.ac.uk/index.php/syria/article/view/822>>. Acesso em: 29 Out. 2019.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HENN, Leonardo Guedes. **Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da segunda guerra mundial**. Revista Sociais e Humanas, Rio Grande do Sul, p. 670-686, 31 jul. 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/6022/pdf_1>. Acesso em: 22 Ago. 2019.

LASSWELL. Harold Dwight. **Propaganda technique in the World War**. 2ª Ed. New York: University of Michigan, 1932.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARCONDES FILHO. **Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos**. 2ª. ed. São Paulo: Hacker, 2002. ISBN 85-86179-24-8.

MATOS, Heloisa. **Agenda Temática da Pesquisa em Comunicação Política**. In: 251 Heloisa Matos (org.) *Mídia, Eleições e Democracia*. São Paulo: Página Aberta, 1994, pp.13-30.

MARTINI, Jeffrey; YORK, Erin; YOUNG, William. **Syria as an arena of strategic competition**. Santa Monica: Rand Corporation, 2013. Disponível em:
<http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR213/RAND_RR213.pdf>. Acesso em: 12.Ago.2019.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: História das ideias e das estratégias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MATTELART, Armand. **História da Utopia Planetária**, Porto Alegre, 2017.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MEHCHY, Z.; NASSER, R.; SCHIFFBAUER, M. **Trade determinants and potential of syria: using a gravity model, with an estimation of the Syrian crisis' impact on exports**. Syrian Center for Policy Research, 2013. ISSN 773. Disponível em: <<http://erf.org.eg/wp-content/uploads/2014/07/773.pdf>>. Acesso em: 11.Ago.2019.

MILANI, Mohsen. **Why Tehran won't abandon Assad(ism)**. [S.I.] Center for Strategic and International Studies, 2013. Disponível em: <http://csis.org/files/publication/TWQ_13Winter_Milani.pdf>. Acesso em: 22.Ago.19.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MOUSSALLI, A. Wahhabism, salafism and islamism: Who's the enemy? **Conflicts Forum**, 30 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.conflictsforum.org/2009/wahhabism-salafism-andislamism/>>. Acesso em: 29Out. 2019.

NASSER, S. H. Olhares sobre as revoltas no mundo árabe. **Projeto História**, São Paulo, v. nº46, p. 115-133, abr. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/17133/13753>>.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MOREIRA, Sonia Virgínia. A Voz da América no *front*: o serviço de radiodifusão oficial dos Estados Unidos. In: GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Org.). **Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOUSSALLI, A. **Wahhabism, salafism and islamism: Who's the enemy?** Conflicts Forum, 30 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.conflictsforum.org/2009/wahhabism-salafism-andislamism/>>. Acesso em: 12.Ago.2019.

OLIVEIRA, D. **Jornalismo e ação cultural pela emancipação**. Tese de Livre-Docência (Jornalismo, Informação e Sociedade). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

RODRIGUES, Adriano Duarte de. **Estratégias de Comunicação**, Editora Presença, São Paulo, 2001.

SODRÉ, M. O globalismo como neobarbarie. In: (ORG.), D. D. M. **Por uma outra comunicação**. Rio de JANEIRO: Record, 2003.

_____. **National Security Strategy**. Washington: The White House, Mar. 2002. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-2002/>>. Acesso em 11.Ago.2019